



**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Havendo número regimental declaro aberta a 41<sup>a</sup> Reunião da CAE, a 39<sup>a</sup> Reunião da Comissão de Infraestrutura e a 23<sup>a</sup> reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, CDR.

Audiência Pública com a presença, como expositores, do Exmo. Sr. Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro, do Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo, e do Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo, com a finalidade de debater a “repartição dos royalties do petróleo entre os entes da federação brasileira”, em atendimento aos Requerimentos Nº 58/2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, Nº 62/2011-CAE, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros Senadores, Nº 63/2011- CAE, de iniciativa da senadora Lídice da mata, Nº 46/2011- CI, de CI, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, Nº 46A/2011-CI, de iniciativa do Senador Walter Pinheiro e outros Senadores, Nº 51/2011-CI, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, e Nº 21/2011-CDR, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Gostaria de registrar, Senador Wellington Dias, nós temos hoje Audiência Pública com os Estados produtores e teremos amanhã audiência pública com os Estados não produtores, conforme aqui já votado nas Comissões, tanto de Infraestrutura como na Comissão de Assuntos Econômicos. E fomos surpreendidos, agora, que parece que descobriram petróleo em Pernambuco. E o Governador Eduardo Campos está aqui presente.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Isso porque o Jaques Wagner não veio.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso porque o Senador Jaques Wagner e o Senador Deda não puderam vir, porque tiveram problemas de agenda.

Mas eu queria primeiro consultar os Senadores e Senadoras se não poderíamos, já aproveitando o Senador Eduardo Campos, até porque ele é oposição aos Governadores dos Estados produtores, então ele vai trazer a sua palavra de harmonia.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – vamos fazer o acordo aí na Mesa, já.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós podemos avançar bastante nesse diálogo com os Governadores no sentido de buscar uma solução definitiva até o dia 15.

*(Intervenção fora do microfone)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Segundo o Senador Cyro Miranda, descobriu o petróleo na Praia de Boa Viagem.



Quero pedir aos Senadores Wellington Dias, Francisco Dornelles e Lindbergh Farias, que tragam à Mesa os Governadores para que iniciemos a Audiência Pública.

Passo a palavra à Comissão Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Vamos esperar os Governadores, não adianta correr, porque hoje nós vamos longe.

Estamos com os Senadores que são da Comissão de Assuntos Econômicos sem lugar para sentar. Pediria, por favor, que fossem priorizados os Senadores e Senadoras... É muito importante a presença dos Srs. Deputados, assessores dos governadores, mas é fundamental priorizar que os Senadores fiquem acomodados, porque estamos tendo algum tipo de dificuldade nesse sentido. Por isso, eu peço a compreensão dos senhores.

Então, com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

Nós começaremos a audiência pública com o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; depois com o Governador Casagrande, do Espírito Santo; depois, o Governador Alckmin, de São Paulo; e aí com o novo produtor de petróleo, o Estado de Pernambuco, o Governador Eduardo Campos.

Quero só registrar que temos uma lista grande de inscritos. Nós vamos dar quinze minutos para cada Governador. Quinze minutos. Vamos seguir o Regimento: os interpellantes três minutos, igual prazo para os interpellados. Peço só aos Senadores e às Senadoras que a gente cumpra o Regimento; senão, fica inadimistrável uma audiência pública com esse tamanho e representatividade.

Passo a palavra para a Senadora Lúcia Vânia, para, depois, iniciar os trabalhos aqui com o Governador Sérgio Cabral.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral; cumprimento o Governador do Rio de Janeiro, amigo Sérgio Cabral; cumprimento o amigo Casagrande, Governador do Espírito Santo; Eduardo Campos, Governador de Pernambuco; Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo. Quero cumprimentar e agradecer a presença dos Deputados aqui presentes, dos membros da Comissão de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, da imprensa, das senhoras e dos senhores.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos têm promovido essa discussão trazendo várias pessoas para este debate. Quero dizer que esse debate, muitas vezes, tem sido levado para o lado pessoal, como se a discussão girasse em torno da dicotomia Estados *versus* Estados, quando, na verdade, o que se quer discutir é como tornar este País um país mais justo.

Vivemos em um país de dimensões continentais, onde as diferenças regionais existem e decorrem basicamente da grande concentração



de riqueza por alguns Estados da Federação, o que inclusive inspirou o Constituinte de 86 a estabelecer, no texto constitucional promulgado em 1988, a redução das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos fundamentais do Brasil. Portanto, nessa discussão, temos procurado mostrar as diferenças regionais e a importância dessa oportunidade que temos hoje para procurar minorar um pouco essas desigualdades.

O objetivo hoje é buscar esse acordo. Sabemos que há o veto para ser votado. O Senador Delcídio e eu temos a responsabilidade de entregar esse projeto até o dia 15, caso contrário, o Presidente da Casa colocará em votação o veto, o que seria o pior dos mundos, como todos nós sabemos, e geraria a judicialização desse processo, o que seria ruim para esta Casa e péssimo para o nosso País. Portanto, o que buscamos hoje aqui é esse consenso. Vamos fazer um debate de forma a mostrar a realidade de cada região, mas sempre com os olhos voltados para a necessidade de fazermos um projeto que esteja à altura do nosso País.

Muito obrigada a todos. Vamos ao debate!

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Vamos iniciar com o Governador Sérgio Cabral. O Governador vai fazer uma exposição em PowerPoint?

**O SR. SÉRGIO CABRAL** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só peço que, se a gente pudesse liberar o telão e abrir um pouco mais...

**O SR. SÉRGIO CABRAL** – E abrir mais à esquerda, para facilitar.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos abrir um pouco mais, para que todos tenham acesso às informações.

Concedo a palavra ao Governador Sérgio Cabral.

Concederemos 15 minutos a cada Governador.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** – Querido Senador Delcídio do Amaral, querida Senadora Lúcia Vânia, em seus nomes, cumprimento os queridos Senadores do Brasil, particularmente meus queridos Senadores Francisco Dornelles e Lindbergh Farias. O Senador Marcelo Crivella, creio, não está presente aqui. O Senador Aécio Neves está aqui, pelo Rio de Janeiro. (Risos.)

Afetuosamente, cumprimento todos os Senadores desta Casa. É a primeira vez que retorno a esta Casa desde que, em 2006, a população do Estado me levou ao Governo do Rio. Então, retorno, com muita emoção, a esta Casa, onde pude aprender muito e trocar experiências com homens públicos de grande dimensão. E quero homenagear todos, na pessoa do querido Presidente desta Casa, José Sarney.

Eu pediria que, por favor, abrissem, para que as pessoas, principalmente os Senadores, junto com a imprensa, pudessem assistir à minha exposição.



Desde 1997, Srs. Senadores, com a instituição do regime de concessão e com a abertura do setor – também quero saudar os meus Governadores amigos: Casagrande, do Espírito Santo; Geraldo Alckmin, de São Paulo; e Eduardo Campos, que é o novo produtor de petróleo do Brasil e que descobriu muito petróleo recentemente em Pernambuco –, com a Lei nº 9.468, a produção de petróleo no Brasil vem crescendo aceleradamente, saltando de um milhão de barris de óleo equivalente – petróleo e gás –, em 1997, para 2,450 milhões de barris em 2010. Notem esse crescimento!

Por conta disso, apoiadas na elevação do preço das *commodities*, as participações governamentais, *royalties* e participações especiais, apresentaram um crescimento vertiginoso, saltando de – vejam os senhores! – R\$283 milhões, em 1998, para R\$21,6 bilhões em 2010. São participações governamentais *lato sensu*. Voltando ao *slide* anterior, vemos, em azul, as participações especiais e, em verde, os *royalties*. Notem o crescimento das participações especiais, que incidem sobre os grandes campos.

Com as descobertas anunciadas da camada do pré-sal em 2007, a produção brasileira de petróleo atingirá novo patamar. O País elevará sua produção de 2,450 milhões de barris de óleo equivalente/dia, em 2010, para algo em torno de 6 milhões de barris em 2020. Portanto, a geração de receitas públicas, com as atividades da exploração, dará um salto gigantesco.

Diante desse novo paradigma, a União tomou a iniciativa de redesenhar o marco regulatório do setor, alterando a forma de apropriação dessa riqueza e a orientando, mais destacadamente, para fins sociais. Da mesma forma, Estados não produtores se sentiram no direito de questionar uma participação maior desses recursos.

Desde então, diversos projetos de lei e emendas foram encaminhados à Câmara e ao Senado – aqui, quero saudar diversos Deputados Federais do Brasil e, especialmente, do meu Estado, o Rio de Janeiro –, alguns chegando ao limite de destinar a Estados produtores uma parcela menor das participações governamentais do que a de não produtores. Apesar de exageros, existe um relativo consenso entre a União, Estados produtores e Estados não produtores de que as participações governamentais, dado esse novo patamar de arrecadação, devem ser destinadas a fins mais amplos do que àqueles ao qual foram originalmente instituídos, incluindo a redução das chamadas desigualdades regionais, tão bem destacadas pela Senadora Lúcia Vânia. Assim, é preciso avançar num acordo entre a União, os Estados e os Municípios.

E quero aqui saudar, Senador Delcídio, Senadora Lúcia, essa iniciativa do Senado Federal, de forma a aproveitar as oportunidades abertas com o pré-sal para promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil e assegurar o equilíbrio federativo.

*(Próximo, por favor.)*



Atualmente, a distribuição das participações governamentais tende a toda a Federação, privilegiando União, Estados e Municípios produtores, conforme prevê a Constituição. Notem, à direita, no quadro superior, a produção de milhões de barris de óleo/dia por cada Estado e, ao mesmo tempo, a participação dessa produção. E, aqui, embaixo, a participação, juntando *royalties* e participações especiais, as chamadas participações especiais.

Nota-se que o Rio de Janeiro, que ao mesmo tempo tem 73,6%... Se fosse só petróleo seria mais, mas como o gás está incluído, cai para 73,6%. No entanto, ele tem apenas, de participações governamentais, 29,7%. A União, 40%.

Esse é o quadro atual da distribuição das participações governamentais. E nota-se o Fundo Especial de Participação, como ele é baixo nos Estados não produtores: 3,7%.

A União detém, como eu disse, a maior fatia, 40%, seguida dos Estados produtores e Municípios produtores. Seguindo essa orientação, os Estados com maior produção recebem uma fatia maior das participações governamentais. O Rio de Janeiro, como eu já disse, 74% da produção nacional, recebe 45% do montante, juntando os Estados e os Municípios.

Apesar de os debates se concentrarem na divisão das – isto é muito importante frisar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – participações governamentais, essa – atenção! – não é a única fonte de receitas oriundas da produção de petróleo. A arrecadação total do setor público com atividade, denominada nesse trabalho de receita pública total, inclui outras contas bastante significativas – isso é importante deixar claro ao Congresso Nacional, à imprensa brasileira –, como tributos federais e estaduais.

A chamada receita pública total dá uma dimensão mais fiel dos recursos que são extraídos do setor, bem como da divisão desse montante entre as esferas de governo. Reparem – são dados de 2010: as participações governamentais lá em cima, 21 bilhões, são aquelas a que me referi. Agora, entretanto, PIS/Cofins, 4 bi; imposto de renda pessoa jurídica, contribuição, 15 bi, União e Fundo de Participação dos Estados. Parte disso vai para a União e para o Fundo de Participação dos Estados. O ICMS, cobrado no destino, 11 bilhões.

Então, em torno de 77% da receita pública, conta petróleo, são destinados à União e a Estados não produtores. Repito: 77% da receita pública petróleo são destinados à União e a Estados não produtores.

Segundo estimativas, a parcela da União e dos Estados não produtores representa uns 37%. O imposto de renda da pessoa jurídica, por exemplo, 21,5% são destinados ao Fundo de Participação dos Estados, e o restante vai para a União.

Portanto, quando se fala do incremento das participações governamentais, com crescimento da produção do petróleo, igualmente deve-se



lembrar do aumento dos tributos destinados ao setor público em geral. Isso significa que é preciso ter uma perspectiva mais abrangente das contas públicas. Cada Estado apresenta participação maior em algumas contas e menor em outras. Até o momento, a iniciativa dos Estados e suas bancadas tem se limitado – esse é um apelo que faço aos Srs. Senadores e Deputados – a exigir alterações nas regras sobre fontes de receitas nas quais se sentem desfavorecidos. No entanto, para se chegar a um equilíbrio federativo, é preciso considerar um ordenamento mais amplo das contas públicas.

As discussões recentes em torno do ICMS, do FPE e das participações governamentais abrem espaço, sim, para uma discussão sobre um novo pacto federativo. Juntas, essas três contas representam 65% da receita corrente de todos os Estados brasileiros da média.

A questão do ICMS. O ICMS, pela sua natureza, deveria ser proporcional ao nível da atividade econômica dos Estados, medido pelo Produto Interno Bruto. Entretanto, não é isso que se observa. Reparem a receita com o ICMS dos 12 maiores Estados em ordem de PIB – dados de 2009. Estados com uma participação relevante de petróleo e energia elétrica tendem a apresentar, proporcional à sua economia, uma arrecadação de ICMS inferior à média nacional. O Paraná, por exemplo, cuja geração de energia elétrica é importante na composição do PIB, tem situação semelhante. Reparem, senhoras e senhores, como a participação do ICMS é aquém da participação do PIB do Estado. Quer dizer, a riqueza do petróleo não está traduzida na arrecadação de tributos em função de contingências constitucionais que sabemos quais são.

A próxima, por favor.

A questão do FPE. O Fundo de Participação dos Estados, ao contrário do ICMS, deveria refletir uma correlação inversa com o grau de riqueza dos Estados, o PIB *per capita*. O FPE é reconhecidamente o grande instrumento de redistribuição regional de renda. Reparem a tabela. Entretanto, o FPE, na forma como foi instituído pela Lei Complementar nº 62, de 1989, destina parcelas fixas às Unidades da Federação.

A melhora no quadro econômico e social de alguns Estados, em detrimento de outros, caduca, Srs. Senadores, as alíquotas estabelecidas ainda em 1989, não refletindo mais as reais necessidades de cada Estado. É preciso encontrar uma fórmula de cálculo que melhor represente as necessidades sociais dos Estados e atenda à orientação do fundo de distribuir renda regionalmente. Por sua vez, as alíquotas devem ser periodicamente recalculadas.

Quero aqui dar essa contribuição em função da decisão do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu 2012 como o último ano para esse critério atual, queiramos ou não. É uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Estados que enriquecem mais ao longo do tempo podem contribuir mais para o equilíbrio federativo.



Reparem essa lâmina, como ela é expressiva da renda *per capita*. Reparem o Rio de Janeiro, com R\$43,00 *per capita*; São Paulo, com R\$11,00. Ela está díspar. Quer dizer, ela não está visando a questão da distribuição *per capita*, que deve ser, de fato, uma visão do Fundo de Participação dos Estados, combinado – é claro – com o desequilíbrio regional, que temos que reconhecer, que deve estar dentro do espírito.

E reparem, senhores, algo absolutamente impressionante, que – acho – está na planilha anterior, que gostaria de destacar. É isso. Reparem o seguinte: quando falamos em contas governamentais, petróleo, não naquele sentido amplo, em que 75% são de Estados não produtores, mas, exclusivamente, receitas da participação especial e dos royalties, nós falamos de 21 bilhões. Quando nós falamos de FPE – esses dados são de 2009 –, de 2010, é algo perto de R\$50 bilhões

*(Próximo, por favor.)*

A questão das participações governamentais originalmente servem como uma compensação financeira a regiões produtoras como forma de arcar com os custos econômicos e sociais – isso é muito importante – causados pela atividade, como investimentos em infraestrutura, saneamento e habitação.

Executar compensações intergeracionais. Como o recurso é finito, só pode ser extraído por algumas poucas gerações. É preciso garantir a formação de renda para as gerações futuras, investindo em novas atividades econômicas.

Promover gastos com controle e manejo de riscos inerentes à exploração e despesas com eventuais danos ambientais. Essa atribuição, a chamada compensação financeira, é reconhecida na Constituição de 88, no seu art. 20, §1º. Além disso, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, o pacto federativo assentado na Constituição de 88, em seu art. 155, também institui que o ICMS do petróleo deveria ser pago no Estado de consumo. Dessa forma, as participações governamentais também servem para compensar a perda de arrecadação com o tributo. Qualquer novo pacto federativo – e falo aqui na Casa da Federação, que é o nosso querido Senado Federal – não pode deixar de reconhecer essas atribuições.

Concluindo: um consenso em torno de um novo pacto federativo passa, necessariamente, por uma análise ampla das contas públicas e por um reconhecimento da atribuição de cada fonte de receita.

Reparem nessa tabela. Essa tabela é muito expressiva, Senador Delcídio, Senadora Lúcia Vânia. Vejam o ICMS de cada Estado na primeira coluna; vejam o FPE de cada Estado na segunda coluna; vejam os *royalties*, participações especiais e o fundo estadual na atual conjuntura. As demais outras receitas – leia-se aí Fundeb, saúde, as receitas correntes etc. – e, em seguida, chegamos à penúltima coluna que é a receita corrente sobre o PIB e a receita corrente *per capita*. Verifiquem, Srªs e Srs. Senadores, esse dado... Estou diante



de pessoas formadoras de opinião no nosso Brasil. Esse dado mostra tudo: o quanto que a conta petróleo no Rio de Janeiro não tira o Rio de Janeiro da média nacional. A média nacional está, aqui embaixo, em 2.236 de receitas correntes públicas *per capita*. O Rio de Janeiro tem 2.328.

Eu vou deixar, Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, Sr. Senador Delcídio do Amaral, todos esses dados com V. Ex<sup>as</sup>s e faço questão de distribuir a cada Senador da República, a cada Senadora da República. Mas vejam que aí está a prova concreta de que não há disparidade no caso do Rio de Janeiro.

*(Próximo, por favor.)*

E aí começo, querido Senador, a aprofundar a minha proposta e concluir, Srs. Presidentes. Com o início da exploração e a produção da camada do pré-sal, paulatinamente, esse óleo vai aumentar a sua participação no volume total. Isso significa que a introdução de um novo modelo de divisão das participações governamentais sobre o óleo do pré-sal vai alterar sistematicamente a repartição entre as diferentes esferas de poder e os Estados. Estamos de acordo.

Vejam a projeção. Em 2012, prevê-se para a camada do pré-sal uma produção, ainda modesta, de 215 mil barris de óleo equivalente dia, frente a uma produção total de 2,75 milhões de barris de óleo equivalentes dia, quase 40%, considerando uma produção total de 6 milhões de barris de óleo/dia. E estima-se que a produção do pré-sal, não licitada, seja de 100 milhões de barris de óleo equivalente dia em 2016, e de 500 mil em 2020.

Estou colocando aqui os números de maneira extremamente honesta. O não licitado, chegará, em 2020, se tudo correr bem – e estou aqui diante do Senador Delcídio, que é um especialista na matéria – a 500 mil barris desses 2,3 milhões. Portanto, a grande parte será do pré-sal faixa azul, já licitado.

Para entender o efeito do novo marco regulatório sobre as participações governamentais, vale comparar a distribuição dos recursos pelo atual modelo (Lei nº 9.478) com algum modelo em debate para o sistema de partilha, como o Projeto de Lei nº 8.051, aquele que expressa o entendimento, o acordo entre o ex-Presidente Lula, a então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, o Ministro Edison Lobão e as Lideranças do Congresso.

Supondo-se uma produção de 2,3 milhões barris de óleo equivalente dia, tem-se a seguinte estimativa: o que se observa é que, no agregado, as participações governamentais, pelo modelo novo, serão maiores que pelo modelo vigente. Isso acontece basicamente porque as alíquotas dos *royalties* subirão de 10% para 15% – a alíquota dos *royalties*, repito – na proposta do Presidente Lula. Ao mesmo tempo, isso reduzirá a receita líquida da empresa operadora, base de cálculo das participações especiais. Mas como no modelo de partilha a alíquota do lucro óleo irá a leilão, diferentemente das participações



especiais, que conta com a regra fixa do cálculo, não se prevê uma redução na parcela dessa conta.

Entre as diferentes esferas de Poder – isso é muito importante –, a União vai ficar com a maior parte, recebendo cerca de 55% das participações especiais – sai de 40% para 55%! Isso acontece porque, no modelo de partilha, extinguem-se as participações especiais e a União passa a compartilhar a produção recebendo exclusivamente o lucro óleo. O fundo de distribuição regional, o FEP, aquele que era mínimo e irrigório, será ampliado significativamente, saltando de 4% para 26%, enquanto Estados e Municípios produtores terão a sua participação relativa reduzida, fundamentalmente pela extinção das participações especiais, conforme a lâmina exposta anteriormente, no peso da PE.

*(Próximo, por favor.)*

As conclusões, Srs. Presidentes, Srs. Senadores, e as nossas propostas.

Por tudo isso que foi demonstrado, o Governo do Estado do Rio de Janeiro considera os seguintes princípios norteadores para a elaboração do novo marco regulatório:

1) Não se alteram as regras em campos já licitados em regime de concessão, incluindo o pós-sal e o pré-sal. Além do princípio da preservação dos contratos, há que se considerar que uma alteração nos campos já licitados traria graves consequências imediatas para as finanças públicas dos Estados produtores;

2) Dado o novo patamar de arrecadação advinda do pré-sal, os recursos oriundos da exploração do petróleo devem servir também para a redução das desigualdades regionais. Portanto, uma parcela maior desses recursos deve ser destinada à repartição para Estados e Municípios não produtores. A referência propõe que seja o PL nº 8.051, enviado pelo Presidente Lula, para o pré-sal a ser licitado. Como a produção do pré-sal não licitado só se tornará significativa a partir de 2016/2017, o Rio de Janeiro propõe que se deva instituir uma regra de transição com a criação de um fundo a ser distribuído, desde já, para Municípios e Estados não produtores.

Dado que a União concentra as receitas da atividade, o que será ampliado pelo novo modelo, cabe à União destinar os recursos para esse fundo.

Alternativas para o período de transição.

As alternativas, Srs. Senadores, abaixo sugeridas, podem ser consideradas em conjunto ou separadamente. Sugere-se, para o período de transição, o estabelecimento de um valor para ser distribuído entre os demais Estados e Municípios, negociado, é claro, com a União, e a identificação das fontes de recursos para viabilizá-lo, até que o pré-sal não licitado comece a produção.



---

Proposta nº 1: Distribuição de parte dos *royalties* da União dos campos em produção do pós-sal.

A lei que estabelece a distribuição dos *royalties* prevê que, do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados, no mínimo, 40% em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e Nordeste, incluindo as respectivas áreas da Agência de Desenvolvimento Regional. Em sendo liberados, prevê-se que os recursos seriam da ordem de R\$600 milhões em 2012.

Proposta nº 2: Distribuição de parte das participações especiais da União dos campos em produção dos pós-sal.

Entendendo-se que a União, como a principal esfera redistribuidora e considerando que a mesma se beneficiará pela concentração de recursos do modelo de partilha e pelo aumento da produção, sugere-se que parte das participações especiais destinadas à União seja compartilhada pelos demais Estados e Municípios, através dos critérios do FPE vigente e do FPM vigente. Cerca de R\$3,2 bilhões seriam redistribuídos em 2012, no quadro abaixo, se 50% das participações especiais da União fossem utilizadas com essa finalidade. – 50%!

Nos campos do pós-sal, a legislação prevê destinação específica para parcela das participações especiais que cabem à União, que, na verdade, não vem sendo cumprida, pois está sendo contingenciada.

Proposta nº 3: Nos campos do pré-sal já licitados, a legislação já prevê – isso já está na lei aprovada pelo Congresso Nacional recentemente – que a parcela de *royalties* das participações especiais que cabe à União seja destinada integralmente à constituição de um fundo social que pode ser redistribuído através de regulamentação aos Estados e Municípios. Ocorre que a lei, Srs e Srs. Senadores, não discrimina, dizendo apenas “aos Estados e Municípios”. Mas eu quero aqui propor: ser distribuída aos Estados e Municípios não produtores – repito: aos Estados e Municípios não produtores –, excluindo os Estados e Municípios produtores.

Estimativas mostram que, para 2012, os *royalties* seriam de R\$300 milhões e as participações especiais seriam de R\$540 milhões.

Vale observar que a produção dos campos do pré-sal já licitados irá acelerar substancialmente, a partir de 2013, como eu havia apresentado em lâmina anterior.

Proposta nº 4: Atualização das participações especiais. Isso é muito importante, Srs. Senadores!

As participações especiais foram introduzidas no modelo de concessão (lei anterior) com o objetivo de taxar os campos de alta lucratividade, de modo a obter um equilíbrio entre os ganhos empresariais e o ganho do Brasil.

As participações especiais guardam similaridade com o imposto de renda. Elas são aplicadas em função do volume de produção do campo, porém



sem vínculo com o preço do petróleo. As tabelas hoje em utilização foram geradas por ocasião da edição da lei do petróleo, em 1997, quando as condições eram totalmente diversas das de hoje.

Eu vou dar um exemplo, Governador Alckmin, Senador Delcídio, especialista na matéria: o preço do petróleo, à época, era de US\$16,00 o barril. Vou repetir: quando da edição da lei da participação especial, o preço do petróleo era de US\$16,00 o barril! Hoje, está em torno de US\$100,00.

Vale observar que se estima um aumento de três vezes no preço do petróleo, o que implica um aumento de cinco vezes no preço líquido. Vou repetir o cálculo do mercado, Senador Lindbergh e Senador Dornelles, que não é um cálculo meu, mas do mercado, dos produtores de petróleo: vale observar que se estima um aumento de três vezes no preço do barril de petróleo, o que implica um aumento de cinco vezes no lucro líquido. Vale lembrar que o Brasil hoje tem 80 campos e somente 14 pagam participação especial. Vou repetir. O Brasil tem 80 campos offshore, 14 apenas pagam, num total de 200 campos.

Vale lembrar uma outra coisa importante, várias plataformas de petróleo já pagaram todos os custos, todos os investimentos há anos, há anos!

E vale lembrar outra coisa, Srªs e Srs. Senadores e Deputados, cujas assessorias do Congresso Nacional – e eu repto, porque já fui Senador – são uma das melhores do mundo. Pesquisei o que foi feito recentemente nos governos dos Estados Unidos da América, da Inglaterra, Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha acaba de dobrar a participação especial; acaba que eu digo é no último ano. Por conta desse contexto apenas uma minoria de campos recolhe essa participação especial.

Estima-se que corrigindo monetariamente, Srs. Senadores, os intervalos de tabelas, pode-se gerar um adicional de receita – atenção, apenas monetariamente; não estou falando em aumento de alíquota; apenas correção – de dois bilhões de reais em 2012, chegando a 4,5 bilhões em 2020. Se 50% das participações especiais da União forem destinadas aos Estados e Municípios não produtores, vejam que isso acontece. Se 50% desse valor – não é isso, Julio – vou repetir: 2 bilhões em 2012 e 4,5 bilhões em 2020 são 50% das receitas totais. Não estou falando de 100% não, Senador Wellington Dias, 50% do que a União recolhe apenas com essa correção for repassado para Estados e Municípios – os Estados produtores não querem receber isso – dá esse valor.

Por último, a quinta proposta. A monetização dos campos já descobertos. À semelhança da cessão do campo de Franco, utilizado na capitalização da Petrobras, aprovada pelo Congresso Nacional recentemente, há possibilidade da monetização do campo de Libra, já descoberto e pertencente à União.

Vale observar que a cessão onerosa do campo de Franco foi feito à Petrobrás por US\$8.50 o barril. Estima-se, conservadoramente, que o campo de Libra tenha uma reserva de cinco bilhões de barris de petróleo. Portanto,



imediatamente, se concedido, esse campo poderia gerar cerca de 73 bilhões de reais. A sugestão é que parte dos recursos a serem auferidos pela União seja repassada aos Estados e Municípios não produtores. O repasse – atenção Srs e Srs. Senadores e Deputados – não precisa ser feito de uma vez. Se feito em nove anos, dão esses recursos que estão ali em baixo!

Então, Srs e Srs. Senadores, Srs e Srs. Deputados, o Estado do Rio elenca essas cinco propostas como alternativas absolutamente viáveis, que podem ser assumidas na sua totalidade, que podem ser assumidas parcialmente, claro que com o Governo Federal, da minha querida Presidenta Dilma e seus Ministros participando dessa negociação, com os seus líderes de Governo. Mas o que eu quero mostrar às senhoras e aos senhores é que parte significativa dessa riqueza se encontra no Estado do Rio de Janeiro. É uma riqueza que hoje faz parte da inherência dos nossos gastos públicos. O Rio de Janeiro coloca 95% dos recursos dos *royalties* da participação especial na previdência pública e 5% dos recursos em investimentos ambientais. E nós mostramos, em uma das tabelas, que a renda *per capita* pública do nosso Estado não se difere da média nacional, nem mesmo incluindo *royalties* e participação especial. Isso porque, grande parte do nosso Produto Interno Bruto se faz pelo óleo e gás que não é tributado na origem.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a paciência das Senadoras e Senadores, das Deputadas e Deputados, e me colocar aberto ao diálogo, aberto a todos os Estados e Municípios não produtores, para que nós chegemos a um acordo, a um entendimento, que possa ser bom para o Brasil e que possa não comprometer o pacto federativo.

Aqui, nesta Casa, eu tive a oportunidade, basta ver os meus discursos como Senador, de defender com unhas e dentes os interesses do Norte e do Nordeste, quando aqui foram discutidos, na Reforma Tributária, o fim dos incentivos fiscais, quando aqui se cogitou o fim da Zona Franca... E eu gostaria que o Congresso Nacional, Casa Maior da democracia brasileira, tivesse também essa solidariedade com o nosso Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Sérgio Cabral, pela exposição clara, competente – e isso aí tem a mão do nosso Julinho também, secretário. E o Governador Casagrande também é um grande convededor, um especialista na área.

Mas agradecer, Governador Sérgio Cabral, pela exposição e pela competência com que V. Ex<sup>a</sup> comanda o Estado do Rio de Janeiro.

Vou passar a palavra, agora, para o Governador do Espírito Santo Renato Casagrande.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** – Obrigado, Presidente Delcídio e Senadora Lúcia Vânia, é uma alegria estar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Infraestrutura; Governador Sérgio Cabral,



parabéns pela apresentação; Governador Eduardo Campos, nosso novo produtor de petróleo; Governador Alckmin; quero cumprimentar os Senadores na pessoa do Senador Ricardo Ferraço, da Senadora Ana Rita, Senador Magno Malta; aos Deputados da Bancada Capixaba, que está aqui presente; lideranças empresariais, o Marcos Guerra que é o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, é uma alegria poder estar aqui nas duas Comissões, de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, nas quais tive a oportunidade de fazer parte, de participar, e agora estar hoje aqui como Governador de Estado. Portanto, é uma alegria, uma honra para mim, e dizer a vocês que o que traz o Espírito Santo a esta Casa, sendo convidado pelos Senadores – e quero agradecer pelo convite, mais uma vez –, é o espírito de entendimento que nós temos com relação ao tema.

Nós, já há algum tempo, há alguns meses, estivemos sentados, nós Governadores de Estados produtores e Governadores de Estados não produtores, pela primeira vez, para buscar o entendimento com relação a essa matéria.

Só que essa matéria, Senador Wellington Dias, Senador Ricardo Ferraço, Senador Dornelles, que militam nessa área com projetos de lei, só que a essa matéria nós, governadores, temos uma limitação para que a gente possa chegar a uma proposta concreta e definitiva. E para fecharmos uma proposta é muito importante, é necessário que o Congresso esteja conduzindo esse processo, e que o Governo Federal faça a mediação. A proposta que sair dessa mediação do Governo Federal e da participação direta do Congresso Nacional pode e deve, sim, ser discutida conosco, com os Governadores de Estados produtores e com os Governadores de Estados não produtores, para que a gente feche um entendimento nacional, até porque um assunto como esse, um tema como esse não pode, como bem disse aqui o Governador Sérgio Cabral, que fez uma apresentação brilhante, não pode ser discutido destacando-se, e pontualmente, um assunto, um tema de todo um processo histórico.

Nós temos, na verdade, um processo histórico, diversas medidas que foram tomadas, nesses últimos anos, medidas essas que tentaram compensar e fazer uma certa distribuição de recurso pelo Brasil afora.

O governador citou aqui que, quando se discutiu a Constituição de 88, discutiu-se a cobrança do ICMS do petróleo no destino, não na origem. Já se discutiu no destino porque foi uma forma de compensar já também o pagamento da indenização através dos *royalties* que já existiam. Então, é um exemplo claro de que uma medida foi tomada, destacada aqui, de que a riqueza do petróleo já tem uma certa distribuição para o Brasil todo.

Na hora em que se discute FPE e FPM, também se verifica que há uma distribuição buscando fazer justiça tributária às diversas regiões do País, com que o Espírito Santo concorda; o Espírito Santo concorda plenamente com essa questão. Estamos fazendo uma análise de um processo histórico, de um



período, e não uma análise de um momento, de uma votação, de um ano, de uma realidade momentânea e pontual. Essa análise do período é fundamental para que a gente não cometa nenhuma injustiça.

Baseado e apoiado nessa avaliação histórica, também é fundamental que destaquemos, sempre destaquemos, aquilo que nos leva a fazer a defesa da legalidade, da constitucionalidade e do equilíbrio federativo, da legalidade, porque não é possível rompimento de contratos. Então, se não é possível rompimento de contratos, é defesa da legalidade.

O art. 20 da Constituição Federal estabelece um tratamento diferenciado, por indenização e por compensação. Então também é constitucional. E o equilíbrio federativo é essa visão mais ampla de um tema como este e de outros temas e das medidas já adotadas.

Eu tenho plena convicção e plena certeza de que o ambiente nesta Casa de votação do veto, que está marcada para o dia 14 ou dia 15 de setembro, que leva à derrubada desse veto é um ambiente que vai colocar aqui derrotados e vitoriosos. Na política, o pior ambiente é o ambiente de derrotados e vitoriosos. Até porque os derrotados não são derrotados para sempre, e nem os vitoriosos são vitoriosos para sempre. E nós temos necessidade clara de termos esse equilíbrio federativo porque esse equilíbrio federativo também é condição para que haja um ambiente para votação de uma matéria como esta e para que haja ambiente no Congresso Nacional para a votação de outras matérias importantes.

Buscar o entendimento, trabalhar o entendimento, fazer o entendimento é no que de fato estamos apostando. Eu acho que isso é importante não só para os Estados produtores, mas é importante também para os Estados não produtores e para o Governo federal. Por isso, estamos apelando e tratando, articulando com o Governo federal. E vejo com alegria que o Governo federal começa a se movimentar nessa mediação. Viu, Presidente Delcídio do Amaral? Vejo com alegria que o Governo federal começa a se movimentar nessa direção. Porque o Governo federal e a Presidente Dilma têm liderança, têm legitimidade, têm capacidade, não têm acordo, não têm entendimento.

Vocês viram que há diversas formas de entendimento e outras que nem foram apresentadas pelo Governador Sérgio Cabral. Mas há caminhos para que possamos fechar entendimento e para que o Brasil saia ganhando. Para que não haja uma desorganização de um Estado como o Espírito Santo, para que não haja uma desorganização de um Estado como o Rio de Janeiro e para que nós possamos atender já a conceito de fundamentos que tratamos em reuniões nossas, de que é necessário preservarmos contratos feitos, é necessário termos um tratamento diferenciado para quem é produtor, é necessário apontarmos para uma distribuição mais equânime para o futuro na área do pré-sal. Mas é necessário também, numa faixa de transição, de 2012–



2018, quando começa haver uma produção mais significativa do petróleo do pré-sal, nós podemos atender à expectativa gerada em torno de uma receita para os Estados e Municípios não produtores. Então, temos conhecimento dessa necessidade e damos o nosso apoio para essa necessidade. E o Espírito Santo se coloca à disposição para, num entendimento, aceitar e fazer as propostas necessárias que atinjam esse objetivo, até porque eu sei que, numa Federação, você fazer o debate buscando a desorganização ou qualquer proposta que desorganize um Estado ou outro não é o objetivo de ninguém. Esta Casa aqui é a casa do equilíbrio federativo; esta Casa aqui preza pelo equilíbrio federativo. Então, a nossa pressa e a nossa necessidade é de que a gente tenha agilidade nesse entendimento.

E o Senado dá um passo importante – é fundamental destacarmos isso. O Senado dá um passo importante para que nós fechemos esse entendimento. O Senado dá um passo importante na hora que dialoga com o Governo Federal nessa direção, porque, se dia 14 nós não tivermos uma decisão tomada, esta matéria vai para apreciação. E a judicialização...

O que pode acontecer se um processo desses for para a justiça? Quais são as decisões do Supremo? Primeiro, pode suspender qualquer critério novo enquanto não se discuta a compensação prevista na emenda do Deputado Ibsen e na do Senador Pedro Simon. Tanto a emenda do Ibsen quanto a emenda do Pedro Simon, que é a que foi aprovada, tratam de uma compensação, que nós não sabemos qual é ou como ela vai acontecer.

Então, derrubado o veto, o Espírito Santo, o Rio de Janeiro e também já anunciado pelo Governo Federal, vão ao Supremo Tribunal Federal. O Supremo pode decidir não aplicar novos critérios enquanto não se discuta e não se defina essa compensação. Então, é ruim para os Estados não produtores. O Supremo também pode decidir – e pode demorar para decidir – a começar a aplicação de uma regra nova. Isso quebra o Espírito Santo e quebra o Rio de Janeiro. Quebra no sentido de nos desorganizar em termos de planejamento; quebra, como diz aqui o Senador Dornelles. Então, também pode ser muito ruim para nós, Estados produtores. E o Supremo pode fazer o que fez com o FPE: travar qualquer critério novo e impedir que o Governo Federal faça a implementação dos contratos no modelo de partilha.

Então, a judicialização, na minha avaliação, é o pior caminho para todo mundo. Nós não queremos e não podemos apostar nisso. Nós, da política, sempre apostamos no entendimento. Por isso que o Espírito Santo busca e prega e trabalha por esse entendimento.

Mas, mais do que isso: se não fizermos um trabalho do entendimento – quero reforçar essa questão –, o que pode acontecer é esse ambiente de derrotados e vitoriosos no Congresso Nacional. Esse ambiente é ruim. Há muitas matérias para serem votadas; essas matérias dependem de um ambiente de harmonia aqui na Casa. Não apenas do Governo com a Casa, mas



dentro da Casa. Tantas matérias importantes que estão aí para serem apreciadas e, nesses meses que faltam para chegarmos ao final do ano, é muito importante esse ambiente de harmonia que estamos buscando. E se uma votação começar bem... Se nos entendermos bem na questão dos *royalties*, com certeza isso contaminará para o bem também, para o lado positivo qualquer outra votação.

Concluo falando do Espírito Santo. O Sérgio Cabral falou por um tempo maior até porque ele produz 80% do petróleo do Brasil. O Espírito Santo só produz 15% do petróleo do Brasil... (*Risos.*) Então, você já imagina o seu tempo, Eduardo. (*Risos.*)

Mas eu falo um pouquinho do Espírito Santo, porque o Espírito Santo vivenciou um momento de muita dificuldade recentemente e nós nos reorganizamos, o Estado se reorganizou. O Estado está equilibrado: equilibrado administrativamente, com capacidade de implementar um planejamento em nossos programas de investimento, parte daquilo que a gente deseja; o Estado conseguiu de novo ir conquistando o respeito do povo brasileiro.

Vocês sabem que a gente vive em uma região difícil, porque o Rio de Janeiro é um país, pelo tamanho; Minas é um país; São Paulo é mais que um país. Então, são três Estados grandes em uma região em que o Espírito Santo é um Estado menor em termos demográficos e em termos geográficos, mas é o Estado, o mais bonito dos quatro, que tem dificuldades nessa articulação regional.

E estarmos bem organizados, tratando da execução dos nossos programas, dos nossos projetos; projetar esse Estado e sermos reconhecidos nacionalmente é uma tarefa importante para os capixabas, que saíram de um período difícil, com o crime organizado dominando as instituições. Passamos agora oito anos em que Paulo Hartung, Ricardo Ferraço, Lelo Coimbra – Ricardo foi vice de Paulo; Lelo foi vice de Paulo... Agora, com o Governo que estamos fazendo no Estado, cria-se uma expectativa de esperança e realizações para o povo capixaba.

Duas matérias discutidas nesta Casa amedrontam e fazem pairar uma incerteza no ambiente capixaba. Uma é esta matéria. O Estado começou a produzir petróleo em maior quantidade agora, em 2007, 2008; estamos produzindo 350 mil barris de petróleo agora; até o final do ano, o Estado produz 450 mil barris de petróleo; então, a receita de *royalties* e participação especial é uma receita importante para nós, para o Estado do Espírito Santo. Para o governo do Estado, a receita chegará, em 2011, em torno de R\$800 milhões. Para os municípios, chegará a R\$600 milhões. Então, é uma receita, Senador Delcídio, importante para nós do Estado do Espírito Santo, porque é quase a totalidade dos investimentos que o Governo do Estado faz no Espírito Santo. E nós aplicamos esses *royalties* de forma muito equilibrada: pegamos 30% dos *royalties* do Estado, fizemos um Fundo de Combate às Desigualdades Regionais



do Espírito Santo e o repassamos aos municípios que não produzem petróleo e que apresentam menor IDH. Então, nós pegamos 30% dos nossos *royalties* e transferimos aos municípios que não têm *royalties* de petróleo. Pegamos um outro pedaço e fazemos pagamento por serviços ambientais para proteger floresta; e um outro pedaço para projetos na área de recursos hídricos. Então, nós aplicamos adequadamente esses recursos, e o Estado é um Estado que agora está em condição de se inserir, de se colocar num ambiente nacional, para poder continuar dando sua contribuição ao desenvolvimento deste País. E o Estado comprehende que, para isso, é muito importante que esta Casa faça o que está fazendo hoje.

Parabéns ao Senado, parabéns ao Congresso Nacional por aquilo que está fazendo, e nós comprehendemos que o Governo Federal tem um papel essencial. Se o Governo não entrar efetivamente, teremos dificuldade de fechar uma proposta. Então, sobre a mediação do Governo Federal, repito, estou feliz, porque, de ontem para hoje, vemos o Governo dando sinais de entrar nessa mediação, de construir a mediação. A Presidente Dilma já disse da sensibilidade dela em construir essa medição, em construir uma proposta que seja boa para nós, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, mas que seja boa para o Brasil. Então, se o Governo entrar, tenho certeza de que quem aposta na política, quem aposta no entendimento vai construir o sucesso da política que é o entendimento e o acordo para que cheguemos a um bom termo e não criemos expectativas negativas em torno de um tema tão importante, de uma riqueza tão importante como essa do pré-sal. Há tantos bilhões mencionado aqui pelo Cabral que ficamos meio tontos.

A riqueza do petróleo é uma riqueza que, de fato, tem de atender a todo o País e não prejudicar Estado algum da Federação.

Muito obrigado e parabéns ao Senado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Casagrande, governador de um Estado importante do País, um Estado bonito, um Estado que tem um grande futuro, não tenho dúvida nenhuma, por tudo o que tem sido feito.

Eu passo a palavra agora para o Governador Geraldo Alckmin, governador, como disse o Governador Casagrande, não de um país, mas de uma unidade que é mais do que um país, é um continente.

Com a palavra, o Governador Alckmin.

**O SR. GERALDO ALCKMIN** – Quero saudar o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Delcídio Amaral; a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Benedito de Lira; os nossos governadores, o Sérgio Cabral, o Renato Casagrande, o Eduardo Campos. Quero abraçar todas as Senadoras e os Senadores, cumprimentando o Aloysio Nunes, o Eduardo e a Marta Suplicy, e os deputados.



---

Se a palavra for proporcional à arrecadação, o meu discurso vai durar segundos, porque, dos R\$21 bilhões no ano passado, São Paulo recebeu R\$48 milhões. Mas eu queria trazer uma palavra aqui. Primeiro, Delcídio e Lúcia Vânia, da importância desse encontro para se buscar uma solução política. O Brasil é República Federativa do Brasil e a marca da federação é a cooperação entre os seus entes, entre os Estados e Municípios. Então, é muito importante uma solução política para essa questão.

A outra é que a indefinição posterga novas licitações, adia novos investimentos, prejudica a todos. A pior coisa é a indefinição. É importante a gente avançar. Nós defendemos o projeto de lei do Presidente Lula, do ano passado, o Projeto de Lei 8.051, porque ele estabelece para as novas licitações um critério que beneficia, o que é muito justo, Estados e Municípios não produtores. Acho que isso é um avanço importante e estamos plenamente de acordo com isso. Só que isso não tem efeito monetário a curto prazo, isso vai ser ano a ano. Então, nesse período de transição vem o debate político. Como se pode buscar uma transição, nesses próximos anos, que contemple Estados e Municípios não produtores.

E quero aqui, finalmente, ressaltar aqui a importância da solução política e acho que o Senado tem a defesa da Federação, a defesa dos Estados. E tem muito cuidado com a questão da responsabilidade fiscal. O Estado do Rio de Janeiro não tem como perder uma receita de 15% da receita corrente líquida. Não é factível. Ou o Estado do Espírito Santo perder 12% da receita corrente líquida. Também não é factível.

Então, nós temos que buscar uma solução política que equacione da melhor maneira esse caminho. E também não seria adequado uma decisão judicial, o caminho é o do debate político e o caminho do entendimento. Além do que, nessa questão do petróleo... veja que o petróleo está avançando. Eu vi aqui, hoje, que o terceiro produtor é o Amazonas; o quarto é a Bahia; o quinto o Rio Grande do Norte; o sexto é Sergipe; São Paulo é o sétimo. Então, eu vejo que essas questões são dinâmicas, elas têm um dinamismo muito próprio. Mas quero destacar aqui a importância desse encontro, gostei da proposta do Sérgio Cabral. Acho que ele trouxe uma proposta consistente. Claro que é preciso verificar sempre, também... a questão de petróleo e gás é tipicamente da Nação, da União. Agora, a União deve utilizar uma parte dela exatamente para ajudar o equilíbrio federativo.

Então, acho que estamos dando um passo aqui político da maior importância, no sentido de se buscar uma solução na questão tributária que entendo irá ajudar a todos. E quero, saudando aqui o Senador, dizer que contem conosco, nós teremos outras questões a serem definidas, o FPE que o Supremo determinou, tem o projeto de resolução do Senado na questão do ICMS de importação, Projeto Romero Jucá. Então, são muitas questões relevantes e de alto interesse nacional.



Parabéns ao Senado Federal. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Governador Geraldo Alckmin, é importante registrar não somente esse trabalho do Senado Federal, mas o da Câmara também. O Senado foi citado até porque representa, efetivamente, a Federação. Então, acho que este debate é fundamental, e aqui é a Casa muito propícia para esta discussão, a fim de se buscar a solução. Então é o Senado Federal.

O Governador Alckmin citou aqui outro ponto muito importante: nós estamos aqui vamos discutir, na Comissão de Assuntos Econômicos, a questão do Fundo de Participação dos Estados – há um projeto que está tramitando aqui – e o Fundo de Participação dos Municípios também, que é outro projeto importante; e o Projeto de Resolução nº 72, que é o ICMS da importação. Também é um projeto que, sem dúvida nenhuma, vai nos levar ao diálogo, sempre, Governador Sérgio Cabral, com os governadores.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – E ainda vem dúvida, vem comércio eletrônico e um bocado mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, realmente, a agenda econômica, especialmente essa agenda tributária, ela vai ser fundamental nesta Casa, e acho que vai tomar conta das grandes discussões neste Senado.

Agradeço ao Governador Alckmin e passo a palavra, agora, ao novo produtor de petróleo, o Estado de Pernambuco, representado pelo grande amigo, companheiro, Governador Eduardo Campos.

**O SR. EDUARDO CAMPOS** – Bem, meus cumprimentos ao Senador Delcídio do Amaral; à Senadora Lúcia Vânia; ao Senador Armando Monteiro, do nosso Estado, em nome dos Senadores de Pernambuco. Meus cumprimentos ao Governador Renato Casagrande; ao Governador Sérgio Cabral; ao Governador Geraldo Alckmin; Srs. Senadores; Sr<sup>as</sup> Senadoras; Deputadas e Deputados:

Acredito que o espaço do pequeno Expediente, que votei aqui, poderá ser usado muito mais para dar uma palavra política do que aprofundar um debate sobre uma proposta de mediação, que acredito seja o grande papel do Senado, pelas experiências que ele recolhe aqui de muitas biografias que vejo, de políticos e políticas que já tiveram uma grande trajetória na caminhada política e sabem do momento que vivemos.

E quero, primeiramente, saudar o debate feito pelos políticos, ao longo desses dois anos, no qual estamos travando o debate sobre as novas regras da exploração do petróleo, a questão da partilha dos *royalties* e participação especial, etc.

E aqui fazer uma análise rápida dessa trajetória, vendo que se a gente tivesse começado o debate nesse diapasão que esta reunião teve hoje, talvez a gente já tivesse mais adiante. Nós travamos um debate que teve o



calor, a paixão, os embates regionais, e acho que tudo isso foi importante, porque no início deste ano, a Câmara, o Senado renovado pelas urnas, os governadores reeleitos e os recentemente eleitos, todos percebemos que era a hora de outro padrão de diálogo; que aquele padrão tinha cumprido um papel e feito com que muitos abrissem os olhos para a necessidade efetiva do diálogo, e ninguém ia conseguir impor a ninguém uma posição: nem os chamados Estados não produtores estavam dispostos a receber imposição, nem os Estados produtores estavam dispostos a receber qualquer imposição. É aí onde entra a arte da política, e quem sabe fazer a política não é o Poder Judiciário; é o Senado, é a Câmara, são os governadores. São estes que compreendem desse metiê, que é um metiê tão bonito e que, muitas vezes, tantos querem manchar.

Nós entendemos que esta é uma hora muito importante para compreendermos – e aí é a contribuição que quero dar a este debate, agradecendo ao Delcídio ter-me inscrito aqui na condição da bancada rica, da bancada dos produtores (*Risos.*), porque amanhã eu não poderia estar aqui e, por isso, eu gostaria de trazer a minha palavra, no dia de hoje, às Senadoras e aos Senadores presentes –, que nós não estamos vivendo um momento simples, para quem está gerindo um Município, um Estado ou um país. Nós estamos vivendo uma crise internacional de grande proporção, cuja saída não será no próximo ano, e torcemos para que essa saída venha ao longo desta década. Esse é o ponto.

O Brasil tem feito um esforço enorme, com a contribuição do Congresso, dos governos estaduais e do Governo da União, para ver o quanto a gente fica blindado desse momento.

Mas o fato é que, além desse ambiente geral da crise, nós temos um outro ambiente, que vai passar aqui pelo Senado, que não é só o *royalty*. Nós temos as receitas dos Municípios e dos Estados, que terão que, ainda este ano, definir seus planos plurianuais e fazer o seu planejamento, quem está chegando para o primeiro mandato ou que já está no segundo mandato.

Nós temos sobre as receitas algumas interrogações. O Estado Rio de Janeiro e o Estado do Espírito Santo aqui mostram a proporção do *royalty* para as finanças, o investimento e o seu equilíbrio, e ninguém de bom senso pode imaginar que é possível que a gente possa aprovar, do dia para a noite, uma medida que saque do Rio de Janeiro essas receitas que já estão consolidadas, ou do Espírito Santo, ou mesmo os recursos muito ínfimos que chegam a São Paulo. Não estamos aqui para propor isso. Não é uma saída para o entendimento.

Além dessa questão, nós temos que definir, até o próximo ano, o FPE e o FPM, que é 100% da receita da maioria dos Municípios do nosso País e que é 80% da receita da maioria dos Estados da Federação. Se não bastasse isso, nós temos debates em questão na ordem do dia, impostos pelas circunstâncias econômicas, como disse o Senador Wellington aqui, do comércio



eletrônico, do princípio do destino do ICMS, que bate de forma muita dura na arrecadação de São Paulo, que proporcionalmente, no Nordeste, bate na Bahia e no Estado de Pernambuco. São questões que estão na ordem do dia. Não obstante isso, nós tivemos, há mais ou menos 60 dias, o fato de o Supremo, em uma só sessão, colocar abaixo 14 leis de incentivos fiscais, que levaram dezenas e dezenas de empresas para vários Estados que os senhores e as senhoras representam.

Estou tratando, portanto, hoje, de um empreendedor que não sabe ao certo como vai contabilizar, nos seus balanços, ou vai fazer provisão de pagamento de tributos que podem ser reclamados a qualquer momento, Ministro Dornelles. O que acontece? Isso, do lado da receita. Do lado da despesa – vamos falar do lado da despesa –, nós temos o maior interesse de pagar melhor os servidores públicos, mas, entre pagar e poder, há algo que é... temos que ter receita. Então, nós temos uma série de PECs que estão quicando aqui, na pequena área, que podem ser efetivamente destrutivas ao equilíbrio fiscal do País.

Nós temos um grande desafio no Brasil, que é consolidar o SUS – um grande desafio. Estamos fazendo o nosso esforço. Pernambuco investe 18% da receita corrente líquida do Estado em saúde. Portanto, falo muito à vontade de Emenda 29; muito à vontade. Mas essa é uma questão que precisa estar nessa discussão de um contexto de caráter geral.

Se a gente não tiver a capacidade política de aqui, no Senado, com a maturidade que o Senado tem, com o calor que veio do debate intenso e legítimo, Deputado Marcelo Castro, lá da Câmara; se a gente não conseguir ler essas PECs todas, nós podemos enveredar por um caminho que vai agravar a possibilidade de o Brasil, de os nossos Estados e Municípios atravessarem esse momento duro da crise. Mas para fazer isso, é preciso voltar à política e tirar desse debate político a paixão que ficou do último debate. E perdoe-me o Governador Sérgio Cabral, porque tivemos oportunidade de, em determinados momentos, fazer um debate que eu não gostaria de fazer nem ele, nos termos que muitas vezes resvalaram, mas nós podemos voltar, sentar, com mediação desse capixaba competente que é o nosso Renato Casagrande, com a participação do Governador Geraldo Alckmin e do Governador Marcelo Déda, para dizer: “Olhe, nós não vamos nos assentar à mesa nem para retirar direitos que já estão hoje consolidados nas contas dos Estados, mas também não vamos nos assentar à mesa se vocês não reconhecerem que é preciso fazer do pré-sal uma coisa boa, e não uma coisa ruim para a Federação”. Nós temos direito de participar, de encontrar um caminho. E, na hora em que as armas foram colocadas de lado, que o bom senso prevaleceu e se viu que era possível, na política, construir uma transição, ou seja, nós não vamos retirar o que se tem; sabemos que o que está previsto para o futuro, esse futuro está longe, porque o debate político criou, na cabeça dos senhores prefeitos e das senhoras



prefeitas, a impressão de que amanhã haveria uma receita nova em contas extremamente apertadas, e é preciso a gente resolver esse problema. Essa transição, se não houver, não há saída.

Agora, precisamos também de algo, e aqui quero dar um testemunho, porque fui parlamentar por quatro mandatos e aprendi muito no Congresso Nacional: é que a votação chegou de um jeito no plenário da Câmara que o deputado do meu Estado que votasse contra a matéria do nosso grande Deputado Marcelo Castro não podia nem desembarcar lá em Recife. Ele teria que ficar aqui mesmo ou arrumar uma morada no Rio ou no Espírito Santo. A situação chegou a tal ponto, nas circunstâncias políticas, que era um jogo em que não valiam os argumentos. E é claro que qualquer pessoa de bom senso vê que os argumentos que foram colocados aqui podem ser acrescidos de outros que tenho para falar, Sérgio, mas são argumentos que têm começo, meio e fim. É claro que toda a cadeia produtiva do petróleo não gera só *royalties*, e toda cadeia produtiva do petróleo gera outros tributos que nós estamos partilhando de forma diferente. Isso é um argumento importante que nunca foi colocado com esta clareza aqui. Nunca foi colocado.

Mas quero colocar outros argumentos. Se a gente não preparar o País para internalizar os efeitos dos investimentos que a Petrobras está fazendo para o pré-sal, nós vamos acentuar as desigualdades. Mesmo que a gente distribuísse os *royalties* da maneira que o Senador Wellington propõe, nós iríamos acentuar as desigualdades, porque esses investimentos, essa internalização no Brasil iriam se concentrar numa parte do território. Como é que ficariam o Centro-Oeste, o Norte do País, o Nordeste, o Sul?

Então, é preciso essa transição. E, para que essa transição tenha uma regra pela qual entrem recursos, nós defendemos – no caso, Pernambuco, no debate que acumulamos com a nossa bancada – que esses recursos devem estar blindados, completamente blindados, de uso da despesa corrente, porque esses recursos são finitos. Então, eles devem estar claramente colocados num fundo e vinculados a despesas na área de ciência e tecnologia, na questão ambiental, na qualificação da mão de obra, na educação, para que a gente possa espalhar também os efeitos da cadeia do petróleo e gás e *offshore* pelo Brasil afora.

Acredito que aqui há em debate o PL 16, que é uma oportunidade para os Srs. Senadores, com o Governo Federal, fazer um acordo. Nós somos só parte que estamos sendo ouvidos. A nossa disposição é do entendimento. Se qualquer parlamentar de Pernambuco, seja deputado federal ou senador, chegar lá, votando num entendimento, ele será bem recebido, como ele não seria bem recebido se não tivesse votado na confrontação que as circunstâncias políticas nos obrigaram. Eu acho só que seria uma temeridade a gente jogar essa decisão para além das fronteiras do Senado e do Congresso Nacional. Uma temeridade, porque a gente ia jogar no Supremo, que não tem o instrumento



para decidir que o Congresso tem, que é o diálogoA rigidez da legislação do voto, do ambiente, a dificuldade do acesso, muitas vezes, que se tem ao Poder Judiciário para se fazer isto que estamos fazendo aqui nos impõe dizer aos senhores: não percam essa oportunidade de legar ao Brasil não só um acordo em relação aos *royalties*, mas um acordo que dê as condições de o Brasil passar esta década podendo planejar, que é o que não estamos podendo, com tantas interrogações que temos adiante.

Eu queria só citar um poeta da minha terra, de que me lembrei quando Renato Casagrande disse assim: “se for para o Supremo, pode acontecer isto ou aquilo”. E eu me lembrei de um sertanejo, de um grande poeta da minha terra: se for para o Supremo – citando o poeta –, “pode acontecer tudo, inclusive nada”.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero agradecer ao Governador Eduardo Campos pelo jeito muito bem recebido neste clube dos grandes produtores de petróleo, dos ricos. (*Risos.*)

Quero registrar, governador, que a importância deste debate é a busca de uma saída. A judicialização da política é um grande problema que o Brasil enfrenta, e nós não podemos fazer com que esse voto, lamentavelmente, caia, porque as consequências disso são muito ruins para o País. E nós precisamos é ter uma saída para que os Estados se planejem, tenham condições de honrar seus compromissos, de pagar suas contas e, especialmente, de fazer seus investimentos, como foi citado aqui.

Eu vou iniciar agora pelos autores dos requerimentos que listei aqui logo no início.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, o Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Eu só queria um esclarecimento: o Governador Sérgio Cabral e os outros governadores falaram, relativamente à distribuição, em estados e municípios não produtores. Só uma questão para tirar dúvida, governador: se municípios não produtores... Por exemplo, no Estado do Rio, há municípios não produtores, como também no Espírito Santo, em São Paulo, em todos os estados; eu entendo que o correto seria: “estados não produtores e municípios de estados não produtores”, ou seja, os municípios não produtores de Estado produtor – a minha dúvida é esta – receberão ou não a participação desses recursos que serão distribuídos aos outros?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Governador Sérgio Cabral.



**O SR. SÉRGIO CABRAL** – No nosso caso, dos 92 municípios, apenas 5 não recebem. Não só os municípios produtores recebem, mas as demais cidades também recebem, com exceção de 5 cidades.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – ... bens e serviços....

**O SR. SÉRGIO CABRAL** – Isso é um caso para se discutir. Obviamente, deveriam receber. A meu ver, deveriam receber.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** – Quem não recebe benefício deveria receber.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de seguir aqui a lista, porque são vários Senadores e Senadoras inscritos. Então, pediria aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup>s Senadoras não pedirem pela ordem, Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – É porque é uma dúvida de base.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É que esse pela ordem acaba virando fora da ordem. (*Risos.*)

Então, com a palavra, o Senador Dornelles. E eu vou ser implacável no tempo. Vamos fazer, então, blocos de cinco. Só vou listar aqui: Senador Dornelles, Senador Walter Pinheiro, Senadora Lídice da Mata, Senador José Pimentel e Senador Lindbergh Farias.

Senador Dornelles.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma saudação aos governadores aqui presentes, pela demonstração que deram em procurar um acordo sobre a matéria. E o Governador Eduardo Campos foi muito feliz, ele que, com sua história, com sua tradição, assistiu momentos difíceis da vida nacional e sempre soube que era por meio do entendimento, por meio de uma discussão política que se resolviam os grandes problemas do País.

Eu assisti aos governadores nesta Mesa presidida por V. Ex<sup>a</sup>, Senador, e pela Lúcia Vânia. Quero apenas congratular-me com os governadores e ratificar plenamente as palavras do Governador Eduardo Campos, de que nós vamos encontrar um entendimento, e a participação da União Federal nesse entendimento é fundamental. Porque, na realidade, nós não estamos discutindo uma maior participação justa, como disse o Governador Sérgio Cabral e o Governador Casagrande, dos Estados e Municípios não produtores. Nós estamos dispostos inclusive a abrir mão da receita futura que nós teríamos, mas é importante que a União seja responsabilizada pela transição, porque, como disse aqui, de 300 postos de petróleo, só 22 estão pagando uma participação especial. Por quê? Porque, quando foi feita essa lei, o petróleo estava R\$11,00 e estabeleceu-se o seguinte: vamos dizer que fossem 10 barris a produção, então, 10 vezes 10, a isenção era 100. Passou – 10 vezes



100 – a 1 mil, e a isenção continua nos 100; então, ninguém está pagando. Eu acho que a União deveria se responsabilizar pela fase de transição, estabelecendo o ajuste; não é nem aumento da participação, é a atualização monetária da participação especial, que seria destinada aos Estados e Municípios não produtores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento os governadores presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, pelas palavras.

Senador Walter Pinheiro.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Senador Delcídio, Senadora Lúcia Vânia, que representam aqui as nossas duas comissões, eu queria saudar os governadores, o Governador Geraldo Alckmin, o Governador Sérgio Cabral, o Governador Casagrande e o mais novo integrante que nos abandonou para patrocinar isto hoje aqui. Na realidade, eu acho que ele – viu, Governador Sérgio Cabral? – veio hoje aqui para dar uma fiscalizada em vocês; não é, Eduardo?

Eu queria começar, Governador Sérgio Cabral, com uma preocupação que foi levantada pelo Governador Eduardo Campos. É óbvio que o debate neste momento é um debate que pressupõe literalmente a entrada do Governo nesse entendimento. Senão, nós não vamos a lugar nenhum. Ou seja, há essa pressão, muito bem levantada pelo Eduardo Campos, à votação do voto; a derrubada do voto é um apelo e uma pressão a todas as bancadas de todos os Estados, excluídos os quatro Estados. Por outro lado, ao Governo federal não interessa a derrubada do voto. Quer dizer, a capacidade de administrar o resultado com a derrubada do voto, para a nossa Fazenda, é uma situação catastrófica. Portanto, a União teria que assumir uma parcela expressiva desse – vamos chamar assim – risco, sem condições efetivamente de assumir. Então, acho que esse é o primeiro embate que nós temos que travar. E é por isso que, quando nós organizamos este ciclo de debates, nós estamos colocando, na ponta da linha, dois atores preponderantes, além do governo de Estados e Municípios, para esse entendimento: o Governo federal e a Petrobras. Nós discutimos aqui, na semana passada, com o Presidente José Sérgio Gabrielli. Esse é o pressuposto básico.

Se o Governo não se movesse, meu caro Governador Sérgio Cabral, nós teríamos que empurrá-lo para uma situação extremamente delicada, por isso demarcamos o território com data prevista para um posicionamento.

Segundo aspecto dessa questão: é importante também inserir nesse contexto o que é esse investimento, por exemplo, da Petrobras, Senador Eduardo Campos. A Petrobras fala hoje, por exemplo, de fazer o seu plano de investimento até 2015 na ordem de US\$280 bilhões, o que nós poderíamos traduzir para mais de R\$300 bilhões. Então, na realidade, esse embate também



é fundamental para que, não só pilotado pela Petrobras, mas na própria relação com o Governo, nós discutamos também de que forma esses investimentos vão se encaixar. Porque, senão, nós teremos sempre, Eduardo Campos, um investimento feito nas bases de produção, sem você expandir, por exemplo, para outros Estados, sejam eles no aspecto de refinaria, de campos maduros e, principalmente, no investimento em atendimento das questões sociais.

E isso migra também, Casagrande, para a área de estaleiros. Portanto, o que a gente pode fazer nessa composição é esse contexto de investimento, porque aí vai um pouco na linha do que os senhores têm pleiteado, que é “o debate dar-se-á somente a partir da linha da frente”, para que a gente não trabalhe com a perspectiva de judicialização nem tampouco da partilha daquilo que já havia sido até executado ou, de forma muito efetiva, pactuado em contrato. Sem isso, não dá para deixar de fora um montante de R\$300 bilhões, com que a gente pode exatamente promover compensações para Municípios não produtores, para Estados não produtores, e criar um ambiente de se facilitar ir ao encontro daquela partilha muito bem apresentada aqui pelo Governador Sérgio Cabral, que é a questão do FPM e FPE. Portanto, esse é um componente decisivo na elaboração desse novo projeto. E o comprometimento do Governo federal, Senadora Lúcia Vânia, para o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, é crucial. Se não houver essa participação, o que receberá Goiás? Como participará o Centro-Oeste?

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Walter, concluindo, por favor.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Vou concluir.

Por último, eu quero levantar, Senador Delcídio, que acho que o encaminhamento está correto, mas nós não podemos perder de vista os outros três fatores que nos movem como os passos seguintes para deliberação nesta Casa: PFM, FPE e a questão do ICMS. Não dá para a gente achar que isso é um processo condicionante para fechar esta matéria, mas não é um processo à deriva depois desta matéria. Então, esses três aspectos compõem um leque de condição *sine qua non*. Isso é amarrado. Porque, senão, nós vamos nos submeter de novo a uma guerra na questão do ICMS e vamos nos enfrentar aqui num debate com o governo sobre a questão, principalmente, do FPE. E para responder o que o meu amigo Flexa levantou, se não mudarmos, Flexinha, a tabela em relação ao FPM, continuaremos tratando de forma draconiana os Municípios, para onde os nossos interesses devem se voltar muito mais. Caso contrário, nós vamos ficar dependendo da boa vontade, com todo respeito, como muito bem disse o Casagrande, de os governadores acharem que têm que pegar parte do bolo para jogar em políticas compensatórias para os Municípios com IDH muito inferior. Portanto, na minha opinião, Senador Delcídio, vem como condição, vem amarrado; não condiciona para a elaboração inicial, mas é



resultante do processo de negociação com o governo para que a gente feche esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro, sempre competente nas suas considerações.

Senadora Lídice da Mata.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, rapidamente. Quando propus um requerimento para que a Comissão de Desenvolvimento Regional participasse desta reunião, é justamente porque, na nossa Comissão, na subcomissão do Nordeste, vem se desenvolvendo um debate e há uma proposta apresentada e defendida pelo Senador Wellington Dias, que espero possa ter a oportunidade de apresentá-la.

Essa proposta parte de um princípio que está presente na Mesa – todos falaram –, de, primeiro, não cometer injustiças, resguardar os interesses dos Estados produtores, mas efetivamente buscar criar uma justiça com os Estados não produtores, dividindo, partilhando os benefícios do pré-sal, já que estamos num momento em que a economia brasileira se apresenta com um grande potencial. E justamente neste momento é que precisamos de políticas que sejam capazes de dividir o bolo de produção. Nesse sentido, nós não estamos desenvolvendo nenhum raciocínio que permita e dificulte o planejamento ou as receitas existentes dos Estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e dos outros Estados produtores, mas mantendo essas receitas e fazendo uma redivisão desse bolo, permitindo com que os Estados não produtores do pré-sal e principalmente os Municípios, onde a vida se realiza objetivamente, onde as pessoas moram e estudam, demandam os serviços de saúde e educação e outros, possam estar contemplados. O Senador Valter Pinheiro disse muito bem, essa negociação passa por esse tripé de acordo e principalmente aqui foi levantada a hipótese pelo Governador Sérgio Cabral de nós rediscutirmos a parcela do Fundo de Participação Especial. Tudo isso tem sido colocado num bolo de discussão, mas eu sinto falta, Senador Delcídio, nesta Mesa de uma representação da União. Esse acordo não poderá existir sem uma representação da União e sem o entendimento de que, se alguém tiver que abrir mão de alguma coisa, a União tem que estar presente nisso também. Porque não é possível discutir-se reforma tributária neste País em levar em conta que os Municípios hoje vivem de pires na mão, voltando-se para calçar uma rua e ter que pedir a um Ministro, ter que pedir a um Deputado, ter que pedir a um Senador.

Essa situação é injusta, é nefasta ao crescimento do País e isso precisa ser colocado na Mesa nessa discussão.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lídice.



Quero só registrar que esta audiência prossegue amanhã com os Governadores do Pará e de Goiás. O Governador que ia falar ontem também pelos governadores, o Governador Eduardo Campos, agora é do clube dos ricos. Amanhã vamos dar continuidade e aí, sim, conversar com o Secretário Executivo Nelson Barbosa, que é quem tem conversado sobre essas questões com os governadores, com os Secretários de Fazenda. A intenção é trazer...já existem iniciativas dos Senadores que estão à frente desse processo, Senador Dornelles, Senador Wellington, Senador Lindbergh, no sentido de já encaminhar com o Governo, como disse muito bem a Senadora Lídice, uma solução. É fundamental a União participar.

E nas audiências públicas está prevista a vinda do Secretário Executivo Nelson Barbosa, para efetivamente nós busquemos essa solução negociada até o dia 15 de setembro.

Vou passar agora a palavra ao Senador Lindbergh Farias. Depois, o Senador Flexa Ribeiro.

Eu queria perguntar aos Senadores e Senadoras, porque sei que os governadores têm uma agenda muito longa, se aqui nós poderíamos fazer com que todos os Senadores falassem e, depois, os governadores concluiriam em cima das falas apresentadas.

São observações e alguns governadores querem fazer alguns comentários...até para a gente objetivar porque o tempo dos governadores, Deputados, Senadores...nós estamos num dia agitado aqui hoje.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, acho, sinceramente, que esta audiência pública hoje nos coloca em uma outra fase do debate sobre *royalties*. Ela, por si só, é um novo momento. Queria cumprimentar todos os governadores, o Governador Eduardo Campos, o Governador Renato Casagrande, em especial o meu Governador Sérgio Cabral, o Governador Geraldo Alckmin.

Mas eu digo que as palavras finais do Governador Eduardo Campos foram muito fortes. Acabou o momento do tensionamento. Agora, é a hora da boa política, de não levar para a judicialização, é a hora de sentarmos. Não conseguimos chegar num grande acordo nesse tema é uma derrota da política. É uma derrota da política. Eu estou convencido que os Estados não produtores conseguiram uma grande vitória. Na verdade, Governador Sérgio Cabral, Governador Casagrande, os Estados não produtores tensionaram e colocaram esse tema no debate, abriram o debate. E a palavra do Governador Sérgio Cabral, no começo, foi discutir uma saída para os Estados não produtores, uma regra de transição.

Quero dizer que o clima, Governador Eduardo Campos, neste Senado Federal, é outro. Há um mês, o discurso era o discurso do Senador Wellington contra Senador Dornelles. Era um debate. Aqui de um mês para cá, a



situação é outra. É todo mundo sentando, tentando construir uma saída coletivamente.

Eu não quero me deter em números, mas para falar em relação ao futuro, porque aqui entre os Senadores nós temos que colocar essas informações, o Governador Sérgio Cabral já foi muito claro quando falou na nossa receita corrente *per capita*, mostrando que a receita corrente *per capita* do Rio de Janeiro está extremamente alinhada aos outros Estados da federação. Mas quando houve a mudança de concessão para partilha em relação ao pré-sal, é preciso dizer porque muita gente teve a leitura daquele acordo como um acordo em que só o Rio de Janeiro e o Espírito Santo ganharam.

Em relação ao pré-sal não foi isso que aconteceu. Não. Em concessão eram 26,5% para os Estados produtores, 26,5% para Municípios produtores e 8,75% para Municípios afetados. Essa soma dava 61,75%. Essa soma cai para 34%, ficando 25% para Estados produtores na partilha, 6% para Municípios produtores, 3% para Municípios afetados, ou seja, nós abrimos mão de 27,5%. Os Estados e Municípios não produtores saíram de 8,75% para 44%. Desses 44%, 27,5% saíram dos Estados e Municípios produtores. Isso é o futuro.

Estou querendo mostrar, primeiro, que, na hora em que foi feito esse acordo, parecia que só o Rio...não houve isso. A União só deu 8%, de 30% para 22%.

Eu não quero me deter em números, eu quero falar da política aqui. Há uma outra consideração. Hoje, participação especial são R\$11 milhões; *royalties*, R\$ 9 milhões. Na verdade, hoje, a maior parte é de participação especial. Quando vai para a partilha, acaba a participação especial e a União aumenta os *royalties* só de 10% para 15%. Na verdade, se fosse para manter a proporção da União, Estados e Municípios, tinha que ser um pouco mais de 20%.

Eu quero dizer que a parte da União aumentou nesse processo todo. Então, sinceramente, eu acho que aqui nós temos que construir um acordo que passe por um debate pela União, que a União vai ter que abrir mão de alguma coisa para essa regra de transição para os Estados e Municípios não produtores. Ou a União abrir uma parte da sua participação especial agora ou, então, esse caminho que o Senador falou aqui, o Governador Sérgio Cabral falou também, em relação a ajustar esse decreto de 1998. Tenho, Senador Eduardo Campos, um estudo aqui do Fundo Monetário Internacional sobre a Rússia, mostrando que a participação – ele faz um estudo de vários países do mundo – especial no Brasil é muito pequena. E como muito bem falou o Senador Ministro Dornelles, eram US\$15 e hoje é mais de US\$100, tem um caminho que pode passar inclusive por não onerar a União.

Eu só quero acabar esta minha frase, citando novamente o Ministro Dornelles, que é o meu líder aqui nesse debate – e quero parabenizar a



forma como os Senadores Ricardo Ferraço e Wellington Dias estão tratando do tema, estão fazendo um grande papel –, que lembra uma frase de Santiago Dantas: “Quando se quer fazer acordo, vai-se para a discussão de números; quando não se quer fazer acordo, ficamos na discussão de aspectos formais da lei.”

Eu só faço um apelo, para que a gente consiga ampliar essa data de 14 de setembro do voto para o final de setembro ou final de outubro, para que gente consiga, nesse debate aqui, o Senado Federal, o Congresso Nacional, com governadores e a União, apresentar essa proposta de consenso.

Muito obrigado.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para complementar essa fala do Lindbergh. É rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Na última reunião que a bancada fez na semana passada, eu tive, então, o encargo, a missão muito nobre de levar esse assunto todo à Presidenta Dilma, expor a ela as questões todas que estamos tratando e pedir uma agenda, porque nós não podemos tirar a União desse debate. E ela hoje nos respondeu que nos atenderá, ficou pré-agendado para o dia 13 de setembro. Então, dentro dessa agenda que o Lindbergh pediu de nós não votarmos o voto no dia 14, já que vamos estar com a Presidenta no dia 13, se pudéssemos ter um pouquinho mais de prazo para debater, para sentir com ela, para construir, seria... E tem um detalhe: na semana que vem, com o feriado, nós não vamos ter condições. Então, somente reiterando o pedido do companheiro Lindbergh, quem sabe a gente pudesse adiar um pouquinho a votação do voto.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu passo...

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu passo a palavra agora ao Senador... Eu gostaria... Qualquer pedido pela ordem eu vou cortar, porque se não vai ficar muito complicado e os governadores já estão aqui ansiosos porque têm várias agendas também. O próprio Governador Alckmin tem uma agenda em São Paulo hoje ainda.

Portanto, eu gostaria que as intervenções fossem rápidas.

**O SR. GERALDO ALCKMIN** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Governador Alckmin.

**O SR. GERALDO ALCKMIN** – Só para me desculpar, porque não consegui mudar um compromisso, mas estarei muito bem representado aqui pelos colegas dos governos estaduais.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Alckmin, pela contribuição, pela presença.

Eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeira. Depois, os Senadores Ricardo Ferraço, Wellington Dias, Blairo Maggi, Eduardo Suplicy e Wilson Santiago.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Presidente da CAE, Senadora Lúcia Vânia, Presidente da CI, Srs. Governadores Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, Geraldo Alckmin, de São Paulo, Renato Casagrande, do Espírito Santo, Eduardo Campos, de Pernambuco, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero, primeiro, festejar os governadores da “Opep” e dizer que faço votos para que Pernambuco entre para o grupo. O Governador Alckmin falou de alguns Estados que já são produtores, o Pará será o próximo. Infelizmente, a Petrobras não fez investimentos em prospecção no tempo hábil, mas já não tenho dúvida de que existe petróleo no Pará, já foi descoberto e será explorado.

Mas eu queria, Senador Delcídio, primeiro agradecer ao Senador Dornelles. O Senador Dornelles tem sido paciente em nos explicar e nos orientar no debate desta questão que é da maior importância para todos Estados.

Eu diria aos governadores dos Estados produtores que há um ditado popular que diz que “pimenta nos olhos dos outros é refresco, colírio”. Eu quero iniciar pedindo o apoio de todos, de todos os governadores que hoje estão com essa dificuldade, dos Senadores dos demais Estados para que se faça justiça também, porque há muito anos, lá atrás, foi tirado dos Estados mineradores o ICMS sobre os minérios na exportação. Isso trouxe ao Estado do Pará uma perda de um bilhão e meio de reais por ano. Para quê? Para aumentar o lucro da Companhia Vale do Rio Doce. Se tira recursos da sociedade para se colocar recursos aos acionistas, lucro para a Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce está tendo 20 bilhões de reais por semestre e o Estado do Pará recebe tão somente de CEFEM, porque não é mais *royalties*, oitenta e poucos milhões pela sua riqueza, que é finita, como é o petróleo.

Então, já quero pedir o apoio porque nós iremos discutir, Senador Delcídio, projeto que apresentei, que revê o CEFEM sobre os minerais. O Senador Aécio Neves é o Relator e queremos colocar na pauta após o dia 15 de setembro. Então, quero pedir o apoio, porque é importante que se possa rever essa questão.

Mas eu diria que somos solidários aos Estados produtores. Tenho conversado bastante com o Senador Dornelles; acho que nós temos que encontrar uma situação de equilíbrio para que os Estados possam manter aquilo que já vêm obtendo, mas que os Estados não produtores passem a participar,



imediatamente, das riquezas da exploração do petróleo. E aí, não tenho dúvida, que a participação da União é fundamental para este acordo.

Eu diria mais. Aqui foi dito que o Senador...

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, concluindo...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Concluindo, Sr. Presidente.

O Senador Walter fez uma referência a ampliar essa discussão. Acho que é necessária. Nós devemos aproveitar essa questão e discutir a revisão do pacto federativo. Não é mais possível deixar todos os recursos na mão da União. A União é um ser insaciável por recursos; quanto mais tem, mais quer. E não vai querer abrir mão de nada, ao invés de rever os seus gastos, diminuir o tamanho do Estado, que é um tamanho paquidérmico, para que possa melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Então, quero pedir o apoio de V. Ex<sup>as</sup>s para que possamos em seguida, ou concomitantemente, discutir também a questão “royalties”, porque agora é CEFEM, dos minérios. E vamos encontrar, Senador Eduardo Campos, uma equação em que não haja vencido nem vencedor; que haja a condição de melhorar a vida de todos os brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Com a palavra, agora, o operoso Senador Ferraço.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB - ES) – Senador Delcídio, fique até constrangido pelo “operoso”.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Operoso no bom sentido. Trabalhador.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB - ES) – Obrigado.

Presidente Delcídio, Presidente Lúcia Vânia, Presidente Benedito, nossos governadores que nos visitam aqui, com muita alegria, o meu Governador Renato Casagrande, Governador Sérgio Cabral, Governador Eduardo Campos, a minha manifestação ela é, antes de tudo, em defesa da política. A política com “p” maiúsculo. A não possibilidade da edificação desse entendimento é a negação de uma arte que não foi inventada por nós. Ela foi inventada há muitos e muitos anos; ela está, de fato, no princípio da formação da civilização humana, quando homens brigavam sem regras, quando homens lutavam e brigavam sem limites; quando era uma luta de todos contra todos. A política foi inventada, ela foi construída, ela foi aprimorada, ao longo da civilização, para que nós pudéssemos fazer isso o que estamos assistindo aqui. O Senado da República cumprindo com aquela que é, talvez, a sua mais importante tarefa, cuidando do equilíbrio e da solidariedade federativa.

Muito mais que os interesses pontuais dos nossos Estados, nós estamos aqui cuidando e reiterando a importância da democracia, da política, do



debate e do diálogo. Esse é o diálogo que levará o Senado ao entendimento; é esse mesmo diálogo que fará, seguramente, sensibilizar a nossa Presidente Dilma para que ela possa, ainda com mais intensidade, nos ajudar nessa reta de chegada em que seguramente o nosso País não estará dividido entre Estados produtores e não produtores, porque somos todos irmãos, somos todos brasileiros. E nós que somos os Estados produtores entendemos a necessidade de fazermos uma distribuição equilibrada dessa riqueza, porque também, Governador Eduardo Campos, não pode interessar a nós Estados produtores, que sejamos ilhas de riqueza de prosperidade rodeados por oceano de dificuldade. Essa é a compreensão que tem o Governador Casagrande, é a compreensão que tem o Governador Sérgio Cabral, tenho certeza disso, e é a compreensão que tem as nossas comunidades. Tudo que clamamos é por um entendimento equilibrado que possa representar o fortalecimento da política, o fortalecimento do País.

Saúdo, entusiasticamente, a forma como os nossos Governadores Cabral, Casagrande, Eduardo Campos e Alckmin, trouxeram aqui suas manifestações e contribuições.

Acredito muito na política, política com P (maiúsculo). Essa é a política que estamos aqui fazendo a luz do dia em benefício do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Ferraço.

Quero aproveitar, Governador Casagrande, e dizer que o Senador Ferraço tem sido muito determinado nessa discussão do Pré-sal e de outros temas importantes para o seu Estado o Espírito Santo e o País.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Inicialmente, saudar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio do Amaral, Senadora Lúcia Vânia, em nome de quem saúdo todos os Senadores e Parlamentares e todos presentes. Com um carinho especial, saúdo o Senador Benedito Vieira, meu querido Sérgio Cabral, dizer que é um prazer muito grande estarmos aqui nesse debate, Governador Casagrande com quem quero ter o prazer de estar na próxima sexta-feira comendo uma moqueca capixaba, no Espírito Santo, e meu querido Senador Eduardo Campos.

Quero dizer da minha alegria com esse momento que estamos vivendo aqui. Parabenizar as Comissões por este debate.

Lembro-me que no início do ano eu sempre tentava despertar, tanto aos Estados aqui presentes, como a própria Presidente Dilma, o risco de caminharmos para um debate que se estava travando: derrubar o veto ou aprovar o veto. Hoje, fico feliz porque há uma unanimidade, ou seja, é possível, se não tiver uma alternativa, votarmos o veto. E aí quero chamar a atenção – se não tivermos capacidade de produzir um entendimento, indo a voto, o veto será derrubado.



Mais outro ponto: encaminhar para vinte e quatro bancadas, deste País, para dizer o quanto está bom para o entendimento. Encaminhar para o Presidente Sarney para poder ter a convocação para votar o veto e nós conseguimos por impedimento não pautar e adiar por duas vezes, era para ser dia 15 para surtir os efeitos necessários dos entendimentos, mas foi adiado novamente para o dia 22. O ambiente para o entendimento, hoje, é algo muito importante.

Em segundo lugar, a participação da União. Eu também sou da base do Governo. Havia da parte da União uma posição de ficar de fora. Eu era um que dos que chamava a atenção da Presidente Dilma para o fato de que era importante a União ser parte desse entendimento, porque se trata, a priori, de um recurso da União partilhado com Estados e municípios e que ela é parte interessada.

Dito isso, acho que já temos alguns consensos. O primeiro deles seria deixar de fora a parte de petróleo em terra. A regra que está vai vigorar. Nisso há consenso.

Segundo ponto: fundo social. Há uma discussão puxada hoje pela área da educação no sentido de se carimbar 50% do resultado das aplicações para a educação – acho que é importante debatermos esse tema, mas não há nenhum problema em relação ao que já foi regulamentado.

Terceiro ponto: a lei da partilha. Aqui o Governador Geraldo Alckmin lembrou algo que chamo a atenção. É importante a urgência, porque depende desse PL 16, dessa Lei da Partilha, para fazer a licitação dos novos blocos. Temos aqui licitados 28% e estamos falando em 72%. Sobre isso, gostaria que construíssemos um consenso, Senador Lindbergh, Senador Dornelles e outros Senadores, que têm se debruçado sobre o tema e tem compreendido. Uma lâmina que o Governador Sergio Cabral apresentou aqui ela mostra que, num dado momento, os royalties representavam mais ou menos 80% do bolo. Com o passar do tempo, hoje os royalties representam 55% do bolo, aproximadamente. Em 2020, 2022, nessa área que temos a regra, ele vai chegar a 65%, 70% do bolo.

Quando foi feita a regulamentação da nova área, não tem mais participação especial. A União elevou de 10% para 15%. Chamo a atenção para o seguinte: se o bolo fosse metade royalties e metade participação especial, ele tinha que dobrar. A proposta é de 20% para se negociar com a União, para que tenhamos a proporcionalidade do que era, ou seja, com a participação especial, agora, vai para a União, aumenta-se a alíquota dos royalties na partilha não de 10 para 15, como está, mas de 10 para 20. Acho que é possível, porque há uma lógica sobre isso para manter a proporção do que era antes. No fundo a ser partilhado com Estados e municípios, no futuro. Acho que há consenso.

Creio que há consenso, aqui, de se evitar derrubar o veto, pelo risco da judicialização.



Apanhei muito no meu Estado, na região Nordeste, enfim, e aqui na Casa quando cheguei, quando defendia a necessidade de se olhar o papel do Senado. Por isso é importante essa decisão do Senado. O Senado, como a Casa da Federação, que tem a responsabilidade pelo equilíbrio da Federação tem a tarefa de fazer esse entendimento.

Acho que o equilíbrio hoje, a compreensão de não desequilibrar os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, etc. acho que há um consenso também nesta Casa sobre isso.

Quero chamar a atenção para o seguinte: ter um tratamento diferenciado para os Estados – aqui quero usar um conceito diferente porque, Governador Sérgio Cabral e Governador Casagrande, trata-se apenas de colocar, que tenhamos essa compreensão e entendimento, as coisas no seu devido lugar. Pode o Rio ou o Espírito Santo autorizar a perfuração de um poço ou fazer uma licitação no mar? Não. Por quê? Porque o art. 20 da Constituição diz que o mar territorial e a plataforma continental pertencem à União. É um conceito que não é meu, mas da Constituição Federal. Isso é importante para os fatos que vou colocar adiante. Mas reconheço que existe na mesma Constituição a ideia do Estado confrontante e dos afetados. Aí comprehendo que também a Constituição coloca a necessidade de um tratamento diferenciado e de uma compensação.

Dito isso, também acho que podemos construir um consenso nesse ponto. Pois bem. Onde é que precisamos trabalhar? A proposta apresentada aqui pelo Governador Sérgio Cabral eu já ouvi a posição do Governo colocando os seus argumentos contrários em relação à venda da área de Libras. Em relação aos outros pontos, qual é o problema? Depende da União. Por isso que a União tem que estar na mesa. Depende da União. Estamos falando do reajuste.

Acho que é legalmente defensável a análise se há quebra de contrato ou não, mas legalmente aceito, a atualização do barril equivalente para efeito do cálculo da participação especial agora do petróleo já extraído. Isso gera uma receita maior do que a que vi nos levantamentos, pelos cálculos que temos feito. É maior do que os R\$2 bilhões colocados ali; a receita é bem maior.

Segundo, quero chamar a atenção para uma questão nova, não trazida ainda aqui: com a nova regra já aprovada, não só acaba a participação especial; a partir do momento em que se aprovar aqui a Lei da Partilha, a União receberá o que já recebia – levando em conta o ano de 2011, por exemplo, a União recebe os R\$9 bilhões que já recebeu este ano –, e, a partir daí, o recurso vai para o Fundo Social. Então, não é um dinheiro do caixa da União, é um dinheiro, na verdade, de todos os Estados e Municípios. Então, essa proposta feita aqui, de trazer a fatia da participação especial que, hoje, está com a União e que é de 40% para ajudar no entendimento, é algo que tem toda a lógica. Temos toda a condição de fazer isso.



Dito isso, quero finalizar, dizendo que estou animado com a possibilidade de um entendimento. Podemos chegar a um entendimento. Qual é o ponto que não pode deixar de ser esclarecido aqui ao Governador Sérgio Cabral e ao Senador Renato Casagrande? Não há entendimento se não levarmos em conta a área licitada. No entendimento, é preciso levar em conta essa área já licitada. Por quê? Hoje, todo mundo comprehende claramente que somente dessa área é que se vai ter receita até 2020, até 2022. Da área nova vamos começar a ter receita daí para frente. Creio que, com essa compreensão, vamos chegar a um acordo.

Quero, aqui, parabenizar o Senador Dornelles que tem contribuído muito para chegarmos a esse entendimento. Acredito que, chegando a esse entendimento, poderemos votar, já na semana dos dias 12, 13, 14 e 15, a matéria no Senado. Chegando a matéria à Câmara, já aprovada pelo Senado, todos nós, os representantes de todos os Estados, como disse o Governador Eduardo Campos, poderemos voltar aos nossos Estados com a consciência tranquila, por termos feito algo muito importante para o Brasil, para hoje e para o futuro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wellington, que tem feito um grande trabalho, no sentido de buscar uma solução para esse assunto muito importante. Quero parabenizar o Senador Wellington, porque tem feito um trabalho exemplar com todos os Governadores e com as bancadas no Congresso.

Quero registrar, até porque os Governadores têm várias agendas – inclusive, deixei que o Senador Wellington falasse um pouco mais, porque o Senador Wellington é um especialista na área, está trabalhando nisso há muito tempo, juntamente com o Senador Dornelles e com o Senador Lindbergh; portanto, relaxei quanto ao tempo –, o seguinte: estão inscritos para falar a Senadora Ana Amélia, o Senador Blairo, a Senadora Ana Rita, o Senador Suplicy, o Senador Wilson Santiago e o Senador Moka. Vamos procurar abreviar: considero encerradas as inscrições, porque senão vamos segurar os Governadores aqui até as 16 horas, se conheço bem esta Casa. Daqui a pouco, chegarão aqui outros Senadores, que vão se inscrever.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Senador, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> ANA RITA** (Bloco/PT – ES) – Retiro minha inscrição, considerando que a maior parte das falas aqui, principalmente as do Senador Wellington e do Senador Ferraço, contemplam bastante o que eu ia dizer. Então, retiro minha inscrição, para podermos avançar.



**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente Delcídio do Amaral.

Eu queria cumprimentar o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; o Governador Renato Casagrande; o Governador Eduardo Campos e o Governador Alckmin, que saiu daqui.

Tudo isso que está acontecendo começou no Rio Grande, no meu Estado, com a chamada Emenda Ibsen Pinheiro. Penso que o Rio Grande do Sul acabou dando uma contribuição ao País, neste debate. Não é gauchismo, não, mas é apenas o reconhecimento da contribuição valiosa, do ponto de vista federativo, que este debate trouxe ao Congresso Nacional.

Eu queria cumprimentar os Governadores pelas exposições. Ressalto, especialmente, a veemência e a paixão com que o Governador do Rio de Janeiro está tratando da matéria.

Quero dizer também que o meu Líder e o Governador podem ter a alegria de contar com Senadores da melhor qualidade defendendo o Rio de Janeiro. O meu Líder, Senador Francisco Dornelles, ontem, chamou-me, para fazer aconselhamentos. Eu disse que a minha situação era complicada. Adoro o meu Líder, mas estou com o Rio Grande.

Nesse aspecto, como Senadora de primeiro mandato, fico muito tranquila, até porque a emenda foi também do Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul. E fico tranquila também por que vejo que não há a perspectiva de se judicializar essa questão. Esse já é um caminho. A negociação está posta de maneira madura, de maneira extremamente competente, com grande razoabilidade.

O que disse o Senador Wellington Dias também nos tranquiliza, pois acomoda as questões. A derrubada do veto vai acontecer, sim, antes de se fechar uma negociação absolutamente competente que contempla os Estados.

Para terminar, eu queria fazer uma pergunta ao Senador Sérgio Cabral. Governador, é aquela história do Garrincha: “Já combinou isso com os russos?”. Todo o formato e a engenharia desse processo dependem da União. O senhor é amigo do Presidente Lula e da Presidente Dilma. Esse tema tem tudo a ver com o Rio de Janeiro. Eu queria saber se o senhor pode nos dizer se o Presidente Lula, que continua dando conselhos ao Governo, e a Presidente Dilma estão do lado do que o senhor está propondo agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Os Governadores vão responder depois que todos os Senadores falarem. Foi muito enfatizada a questão da União. Dentro do elenco das



audiências públicas, o Dr. Nelson Barbosa também está na nossa agenda. Mas os Governadores vão responder.

Mais uma vez, agradeço à Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

**O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT)** – Cumprimento o nosso Presidente e também a nossa Presidenta da Comissão, os Srs. Governadores, o Governador Eduardo Campos, o Governador Casagrande e o Governador Sérgio Cabral, e o Senador Benedito de Lira. O Governador Alckmin já foi embora.

Esse é um tema muito importante, como podemos ver até pela presença aqui não só dos Governadores, mas também dos Senadores e dos Deputados. Isso traz uma reflexão, Sr. Presidente, para a nossa Comissão e para o Senado.

Ao assistir à apresentação do Governador Sérgio Cabral, ficou claro que a participação governamental, que, em 1998, quando começou a funcionar esse sistema, era de R\$283 milhões, passou para R\$21,6 bilhões em 2010. Isso demonstra claramente que, nesse período, o Senado não se mexeu, ficou quieto; nossos representantes não tomaram uma atitude lá atrás. A atitude foi tomada agora, como disse aqui a Senadora Ana Amélia, por um gaúcho. Mais uma vez, um gaúcho puxa as discussões.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS)** – E um piauiense também.

**O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT)** – Também um piauiense, o querido Senador Wellington Dias.

Temos de observar isso e corrigir o que foi feito no passado. Concordo com o Senador Wellington, quando ele diz que, se não se mexer em parte do que já está pago, não haverá acordo. Não havendo acordo, vamos a voto, e, no voto, nós vamos ganhar. Digo “nós”, porque estou no Centro-Oeste e não tenho petróleo, mas quero parte do dinheiro do petróleo; isso está bem claro. Então, vamos ganhar isso. E aí todos nos assustam, dizendo o seguinte: “Se vocês ganharem, vamos ao Supremo”. Não há problema! O Supremo pode demorar, mas decide. Em 2003, quando eu era Governador, numa das reuniões, falei que tínhamos de mudar a lei do FPE, mas não conseguimos, naquele período – o Wellington era Governador –, fazer modificação, politicamente isso não foi possível, e não restou alternativa: o Estado de Mato Grosso, junto com o Rio Grande do Sul e com Santa Catarina, se não me engano, foi ao Supremo Tribunal Federal. E o Supremo, agora, disse: “Vocês têm de mudar a lei, ou nós vamos fazer a mudança até o final de 2012”.

Então, estamos discutindo isso e vamos discutir aqui a questão do FPE. E, se tivermos de discutir isso no Supremo com o petróleo, nós também vamos discutir. Não há problema nenhum.

Então eu queria deixar aqui a minha posição clara de que também não quero, como disse aqui o Governador Renato Casagrande, estragar a



economia de nenhum Estado, nenhum, mas entendo que esse petróleo que está a 300km da praia, a 3.000m de profundidade, não é do Espírito Santo, não é do Rio de Janeiro, não é de ninguém, é da nação brasileira. Portanto, precisa ser dividido igual. Compensação por futuros ou possíveis problemas ambientais nós discutimos.

Eu disse aqui outro dia, quando veio o Ministro Lobão, que eu tenho um apartamento na praia em Balneário Camboriú e o imposto que eu pago, pago para a Marinha. Se eu pago para a Marinha é porque o terreno é de marinha. Então o mar não é de ninguém. O mar é da Marinha, é da Nação. Por analogia, bem simples, o que acontece é isto: vocês, Estados produtores, já ganharam muito dinheiro, porque os nossos representantes que aqui estavam dormiram um bom tempo. Mas agora acordamos e queremos a nossa parte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Suplicy, depois o Senador Wilson Santiago e, por último, o Senador Moka. E estão encerradas as inscrições. Eu não vou mais abrir para ninguém, porque os Governadores têm uma agenda complicada e nós também.

Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP) – Meus parabéns, Senadores Delcídio do Amaral e Lúcia Vânia, presidentes de ambas as Comissões que trouxeram os quatro Governadores a quem quero cumprimentar: Geraldo Alckmin, Sérgio Cabral, Renato Casagrande e Eduardo Campos.

Objetivamente, gostaria de lhes perguntar: a lei relativa aos recursos do fundo do pré-sal definiu como objetivos principais a serem alcançados a erradicação da pobreza, a melhoria das oportunidades de educação, do atendimento à saúde, o desenvolvimento da ciência e tecnologia, a melhoria do meio ambiente. Como será compatibilizada a distribuição dos recursos pelas unidades da Federação tal como aqui foram, por exemplo, expostos pelo Senador Sérgio Cabral, com o atendimento daqueles objetivos e como iremos assegurar que, ressalvadas as contribuições constitucionais para os Estados e Municípios produtores, isso é claro, os 191 milhões de brasileiros irão, de fato, se beneficiar da nova riqueza gerada pelo petróleo, advinda das reservas do pré-sal?

Muito obrigado pela contribuição que os senhores aqui nos trouxeram.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Eduardo. Claro e objetivo.

Com a palavra o Senador Wilson Santiago, lídimo representante da Paraíba.



**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/PMDB – PB) – Meu caro Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Senadora Lúcia Vânia, nosso Senador Lira, que também está na Mesa, Governador Eduardo Campos, Governador Casagrande, Governador Sérgio Cabral, além do outro Governador que já se retirou, o Governador Alckmin, demais Senadores e Deputados presentes, de fato, o objetivo desta reunião já avançou naquilo que entendemos como o caminho do acordo, quando todos se posicionaram em favor do entendimento. O entendimento, todos nós reconhecemos, é melhor não só para os Estados que se dizem produtores como também para o Brasil, para o povo brasileiro, já que essa decisão da distribuição dos recursos do pré-sal, digo até do petróleo, tem que alcançar o seu objetivo maior: atender a população brasileira de forma ampla, total.

É isso que todos nós, do Nordeste, defendemos especificamente. Nós que somos da região, Sr. Presidente, do semiárido brasileiro, onde temos 22 milhões de habitantes, cujos índices estão entre aqueles 59% de miséria do Brasil, precisamos de muita contribuição e compreensão neste momento do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, para que tenhamos condições de contribuir com o desenvolvimento dessas regiões mais carentes do Brasil.

Então, o posicionamento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio, juntamente com o da Senadora e o dos demais Senadores, inclusive das Comissões que V. Ex<sup>a</sup>s representam, é importante. É importante quanto todos se juntam para buscar o entendimento e, com isso, aprovarmos um projeto que, de fato, faça justiça a toda a população brasileira. Repito aquilo que já foi dito: os recursos do pré-sal estão em alto mar e, estando em alto mar, pertencem a todos os brasileiros, já que o mar é da Nação.

Portanto agradeço V. Ex<sup>a</sup> por essa iniciativa. Todos nós ficamos satisfeitos com os Presidentes destas Comissões, porque, a partir daí, teremos condições de avançar no entendimento e de aprovarmos uma proposta que seja positiva para todo o Brasil, e não exclusivamente para uns poucos Estados da Federação.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Wilson Santiago, pelas palavras e pela forma como colocou esse problema, que é fundamental para todos nós.

Passo a palavra, agora, para o Senador Moka, do Mato Grosso do Sul.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de, permita-me, cumprimentar o Senador Sérgio Cabral, amigo, companheiro e correligionário; Renato Casagrande fomos Deputados juntos e Eduardo Campos também. Quero dizer da minha alegria de tê-los aqui. É o Wellington Dias, do Piauí, quem tem que consertar isso mesmo, porque foi o Marcelo Castro que começou isso lá na Câmara, Sr. Presidente. Então nada



mais legítimo, já que o Marcelo Castro começou isso lá Câmara, que seja o Wellington Dias.

Mas é importante dizer o seguinte: é claro que as outras bancadas vão ser, se tivermos que votar o veto, evidentemente... Por outro lado, e sou um dos que entendo, dizia isto quando da emenda, que é muito difícil para um Estado que já conta com aquela receita ter que abrir mão dela. Mas, daqui para a frente, o que vai se discutir é que é fundamental que se reparta isso com outros Estados. Penso que tem que ter esse bom senso aqui. Então, vemos da seguinte forma, usando um linguajar mais da fronteira, Senador Delcídio: o gato subiu no telhado. Ou nós vamos fazer um acordo ou vamos ter que votar o veto. Agora, nós temos muito claro isto: Senador Wellington Dias e Professor Dornelles, isso tem tudo para dar certo. Tenho certeza absoluta. Sou um daqueles que vou sempre apostar no entendimento para que a gente possa votar em alguma coisa em que haja consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem colocado, Senador Moka, que honra o nosso Estado, Mato Grosso do Sul.

Vou passar a palavra agora aqui para a Mesa, para o Senador Benedito de Lira, porque esta é uma reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida com muita competência pelo Senador Benedito de Lira, da Comissão de Infraestrutura, da Senadora Lúcia Vânia, e da Comissão de Assuntos Econômicos. Então, era ele quem tinha que estar comandando aqui, porque é o nosso decano. Mas sei que a agenda do Senador Benedito de Lira, sua assessoria me informou, estava muito complicada hoje pela manhã.

Passo a palavra para o Senador Benedito de Lira, depois para a Senadora Lúcia Vânia e concluímos com a fala dos Governadores.

Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco/PP – AL) – Meu caro Presidente Delcídio; Senadora Lúcia Vânia; meu querido Governador do Estado mais rico do Nordeste, infelizmente eu não tenho esse privilégio, e agora V. Ex<sup>a</sup> está sentado aí ao lado dos ricos realmente, Eduardo Campos, é uma alegria muito grande rever o amigo; Governador Casagrande, é uma alegria revê-lo e ter tido a oportunidade de conviver com V. Ex<sup>a</sup> quando Deputado Federal e agora V. Ex<sup>a</sup> é Governador do Espírito Santo; meu querido amigo Governador Sérgio Cabral, é uma alegria muito grande tê-lo aqui.

Senadores e Senadoras, estivemos muito distantes dos entendimentos nos primeiros momentos das conversações e na nossa Comissão, peregrinando pelos Estados brasileiros, acompanhado do Wellington e do Castro, fazendo apresentação, como já fizemos, em quatro Estados da Federação. Faremos, logo mais, em mais outros dois Estados, mostrando aos governadores exatamente esse assunto, que diz respeito ao pré-sal e que diz respeito às *royalties*.



Eu me lembro de quando era jovem, muito garoto, e a Petrobras, através de empresas americanas, perfurava poços por aí afora. No meu Estado, por exemplo, que é um Estado pequeno, Alagoas, eles tinham o hábito de abrir alguns poços, e depois, então, não havia interesse da equipe técnica americana. Começavam, depois, a tapar os poços com cimento, com concreto. E diziam: "Aqui não tem petróleo; ali não tem petróleo", e assim sucessivamente. Aconteceu isso em Alagoas. Quando a Petrobras assumiu a responsabilidade de perfurar poços de petróleo no Brasil, e ajudei, inclusive, como Deputado – acredito que outros companheiros ajudaram –, a quebrar o monopólio do petróleo, com uma belíssima votação na Câmara dos Deputados, aí foram reabrir os poços de Alagoas, e deu petróleo.

Então, acho que tem petróleo no território nacional. E o petróleo, por exemplo, do mar, acho que tem em todos os Estados. Basta que tenhamos possibilidade de explorar.

Eu queria cumprimentar todos, particularmente o Senador Dornelles, o Senador Wellington, enfim, todos nós que estamos trabalhando na direção de encontrar um caminho e o bom-senso, porque o confronto não é bom para ninguém. Não é bom para ninguém, e nós precisamos acabar com essa conversa de que tudo que acontecer aqui terá de ser decidido no Supremo Tribunal Federal. A capacidade de apurações e de conversações entre nós desaparece.

A atividade política é isto: é o convívio permanente do diálogo, do entendimento. Tem que alguém ceder em alguma coisa. Agora, como já ficou definido aqui, como disse o Presidente Delcídio, a partir de amanhã nós teremos a presença do Governo Federal aqui dentro, porque, sem ele, é muito bom: "vocês fiquem pra lá, tomem conta porque é problema de vocês; não é meu." Não. É problema do País; é problema do Governo, que também é um dos agentes que tem o maior quinhão e que não quer perder absolutamente nada.

Então, quero cumprimentar o Governador Cabral, o Governador Casagrande, o Governador Eduardo, os Governadores que estão envolvidos diretamente nos entendimentos e, ao mesmo tempo, cumprimentar os companheiros, porque é daqui, exatamente, que vão sair as ações benéficas para atender os que já têm e aqueles que não têm, mas que tem a esperança de ter, porque precisam, para melhorar a vida daqueles que vivem nos Estados mais pobres do Brasil, particularmente aqueles que se dizem não produtores.

No momento em que a Petrobras abrir o leque para que todos os Estados possam fazer leilões para explorar petróleo em todos os Estados brasileiros, acredito que todos terão petróleo. Então, que maravilha que amanhã sejamos autossuficientes em petróleo, não só para o consumo interno, mas também para fazer exportação.



Eu queria, Presidente Delcídio, agradecer a V. Ex<sup>a</sup> por essa oportunidade, lógico, das três Comissões juntas, e vamos continuar trabalhando para encontrar o melhor caminho e a melhor posição para atender a todos.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco/PSDB – GO) – Srs. Presidentes, Srs. Governadores, eu gostaria, em meu nome e em nome de Blairo Maggi, que é o Vice-Presidente desta Comissão, e no do Senador Walter Pinheiro, autor do requerimento para que fizéssemos esta reunião conjunta, de agradecer aos Srs. Governadores pela contribuição que vieram nos dar no dia de hoje.

Quero aqui reafirmar que nossa preocupação é com o desequilíbrio regional. Estamos fazendo este debate de forma bem racional. Temos aqui alguns professores que nos têm orientado de forma intensa: Professor Dornelles, que é meu vizinho de gabinete e que se dá ao luxo de ir ao meu gabinete me ensinar e detalhar sua proposta; Senador Wellington Dias, que tem feito um trabalho maravilhoso, de formiguinha, de competência e, principalmente, de articulação.

Estamos debruçados, Srs. Governadores, nos três projetos: no projeto do Governo, no projeto Wellington Dias e no projeto Francisco Dornelles. E, hoje, já temos o projeto oferecido pelo Governador Sérgio Cabral.

Quero cumprimentar o Governador Sérgio Cabral, que foi endossado aqui por todos os outros Governadores, pela sua exposição, e dizer que realmente fiquei muito impressionada com os detalhes que V. Ex<sup>a</sup> colocou, mas eu não poderia deixar de chamar a atenção para alguma coisa que foi aqui levantada pelo Governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Ao fazer essa análise, V. Ex<sup>a</sup> colocou muito bem a distribuição dos tributos para todos os Estados, mas não colocou também, que acho que precisam ser colocados, os investimentos que serão feitos nessas regiões. E podemos ter ali, no mapa, o investimento da Petrobras por região. Veja V. Ex<sup>a</sup> que a descentralização dos investimentos são muito cruéis, principalmente para as nossas regiões. E, se nós formos partir desse princípio, vamos ter esse desequilíbrio. Anos e anos de trabalho para chegar a um ponto. Então, acho que isso é fundamental.

E é fundamental acrescentar nos seus estudos também a questão de que os blocos licitados têm pré-sal e pós-sal. E esses recursos da participação especial continuam vigindo ao lado do regime de partilha, e a participação especial vai oferecer para os Estados produtores mais recursos na ordem crescente, como foi colocado aqui pelo Dr. Gabrielli. Portanto, eu acho que temos que levar em conta essa situação.



Eu queria a segunda planilha para ver os fornecedores da própria Petrobras, como estão concentrados.

Então, é preciso que, ao fazer a análise, a gente leve em conta esse desequilíbrio que existe hoje no nosso País. O que todos nós queremos aqui é que essa riqueza seja distribuída de forma equânime e que, principalmente, que venha em favor de todos os brasileiros.

Portanto, estamos abertos; estamos debruçados neste trabalho.

Quero cumprimentar o Senador Delcídio, que é o coordenador desse processo. A Comissão de Assuntos Econômicos, de onde saiu, a Comissão de Infraestrutura e a de Desenvolvimento Regional estão juntas com ele neste momento, para que a gente possa oferecer ao País um projeto que seja objeto de consenso e que venha a corrigir os desequilíbrios regionais.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Agora passo a palavra aos Governadores.

Governador Sérgio Cabral.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** – Queridos Senadores Benedito de Lira; Lúcia Vânia; Delcídio do Amaral, Presidente das comissões anfitriãs; queridos Senadores que aqui vieram e que participaram, especialmente os Senadores que expuseram suas opiniões, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Wellington Dias, Suplicy, Wilson Santiago, Blairo Maggi, Ana Amélia.

Acredito que foi uma manhã/tarde de muito proveito para este debate, para esclarecimentos, para dúvidas que permanecem. Quero agradecer a vinda da Bnacada Federal da Câmara, principalmente a do Rio de Janeiro e a do Espírito Santo, que aqui vieram; ao Senador Marcelo Crivella, querido amigo.

Acredito que tudo o que foi colocado aqui pelos Senadores se resume em entendimento. O entendimento é o grande caminho. Nós, do Rio de Janeiro, estamos abertos ao entendimento.

Eu tenho certeza absoluta, Senadora Ana Amélia, de que o Governo Federal estará participando desse entendimento. A Presidenta Dilma participou, como Ministra-Chefe da Casa Civil, do entendimento da lei enviada ao Congresso Nacional, para o futuro do pré-sal a ser licitado. Ela foi, sem dúvida, uma das grandes elaboradoras desse novo marco regulatório, porque, afinal de contas, a grande origem profissional, técnica, dela é o setor de minas e energia. Ela, como Ministra-Chefe da Casa Civil, presidiu o Conselho da Petrobras, foi Secretária do seu Estado querido, Rio Grande do Sul. Então, não tenho dúvida de que ela não vai abrir mão de ter um papel protagonista nessa discussão e na solução.

Acredito que o Senador Lindbergh foi muito feliz ao citar o Senador Dornelles e, no fundo, a Santiago Dantas. Quando se lembra de Santiago



Dantas, de um lado, nós, que somos políticos, o proselitismo sempre é importante, não tenha dúvida. Mas o proselitismo sem dados, sem fatos, fica no vazio. Então, como dizia Santiago Dantas, quando se deseja um entendimento, vamos olhar os números. Aí o Senador Armando Monteiro, grande empresário, e que sabe tão bem o quanto os números são importantes, e o que procurei fazer aqui foi exatamente expor números, não só a respeito dessa conta direta do petróleo, mas dessa conta indireta; expor números sobre o que significa o Fundo de Participação dos Estados, o que hoje o Estado do Rio recebe do FPE e os demais Estados, e essa conta vai ter que ser redefinida. O que procurei aqui foi exatamente fazer cinco alternativas de propostas, onde, Senadora Ana, o Rio de Janeiro não seja prejudicado, mas que participe junto com os demais Estados.

Não quero entrar aqui na discussão jurídica do conceito de plataforma continental, Senadores Wellington e Blairo, mas posso garantir a V. Ex<sup>as</sup> que já é ponto pacífico no Supremo Tribunal Federal que a plataforma continental é uma extensão. Não há nada que pertença à União que não tenha correspondência nos Estados. Essa é uma decisão unânime, pacificada no Supremo Tribunal Federal. Não há território da União que não tenha a presença dos Estados. Não tem cabimento jurídico. Portanto, Senadora Lúcia Vânia, é um pressuposto absolutamente inconstitucional – e quem diz isso não sou eu, mas sim o Supremo Tribunal Federal, reiteradas vezes. De maneira que foi um prazer muito grande vir aqui participar desse debate, me colocar à disposição para uma solução. Acredito que iremos encontrar, Senador Delcídio.

Penso que o Governador Eduardo Campos foi de uma enorme felicidade, dessas coincidências da vida, em não poder vir amanhã e vir hoje participar conosco desse debate. O Governador Eduardo Campos tem sido protagonista desse esforço pelo entendimento, também seremos – e quero já deixar claro isso para os senhores –, pretensiosamente falando em nome da bancada do meu Estado, dos 43 federais e dos três Senadores, seremos também absolutamente abertos ao entendimento quando da redefinição dos critérios do FPE. Seremos solidários com o Brasil, sim. O que pedimos é solidariedade com o Estado do Rio de Janeiro, com receitas hoje reais do Estado, com direitos adquiridos e com riquezas que podemos e devemos compartilhar com o Brasil, mas que não possam prejudicar 16 milhões de habitantes, oito milhões de visitantes que lá frequentam e que, enfim, qualquer tipo de avanço sobre direitos adquiridos será um precedente perigoso.

Lembro o grande dramaturgo alemão Bertold Brecht, Senador Suplicy, quando dizia a propósito dos nazifascistas agindo nos vizinhos, nos desconhecidos, depois nos parentes, até o dia em que o levaram também. De maneira que esse precedente amanhã pode se virar contra qualquer Estado brasileiro. É essa solidariedade federativa que apelo a V. Ex<sup>as</sup>, vamos encontrar uma regra de transição que beneficie os Estados, que permita aos Estados e Municípios alavancarem suas receitas, porque o que temos no Brasil é uma



grande concentração de arrecadação na União e muitas atribuições aos nossos Municípios e Estados, que não conseguem dar conta do tamanho dessas atribuições. Vamos buscar uma solução, mas sem prejudicar a ninguém.

Muito obrigado pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Governador Sérgio Cabral. Com a palavra o Governador Renato Casagrande.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** – Muito obrigado, Presidente. Quero agradecer a oportunidade e dizer que nunca antes na história deste País – Já ouviram isso de alguém, não? – o Senado teve um papel tão importante como agora, com temas como *royalties* de petróleo, ICMS, comércio eletrônico, leis de mineração, FPE, FPM. Nunca antes o Senado teve um papel como agora, porque o Senado tem a função do equilíbrio federativo.

Dois desses temas, dependendo de como forem conduzidos, atingem o coração do Estado do Espírito Santo – e o coração do Espírito Santo é grande, então será fácil atingir. É a questão dos *royalties* de petróleo e a questão do ICMS de importação. O Espírito Santo é o Estado com maior percentual de vínculo do Produto Interno Bruto com o comércio internacional. 50% do nosso PIB estão relacionados ao comércio internacional. São assuntos que os senhores olhem de uma forma bastante equilibrada, porque são muito importantes para nós, Estados, Governadores, e, no caso do Espírito Santo, muito importante para o Estado.

Uma negociação acontece por algumas razões. A primeira, para fazer justiça. Os Estados não produtores, de forma justa, precisam – e entendemos – de uma distribuição mais equânime da riqueza do petróleo. A segunda razão é para evitar a injustiça. Nenhuma injustiça pode ser cometida contra o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Só se faz negociação quando os dois lados têm poder. No caso aqui, os Estados não produtores têm poder e a possibilidade de derrubar o voto, e os Estados produtores têm o poder e a possibilidade de ir ao Supremo e travar esse processo. Negociação se faz para buscar, e o entendimento se faz, primeiro, para evitar injustiça e para fazer justiça; segundo, se faz porque todos sabemos que um processo não negociado pode ser ruim para todo mundo, é nós, que estamos aqui na atividade política, queremos uma ação que seja benéfica para todos, até porque – repito o que disse na minha exposição – a riqueza do petróleo é uma riqueza que deve ser instrumento de desenvolvimento do Brasil.

Termino agradecendo a oportunidade a todos vocês, aos Senadores Delcídio e Benedito de Lira, à Senadora Lúcia e a todos os Senadores e Deputados que estiveram aqui presentes conosco, apostando que o Senado vai continuar da forma que está. Recebi, na segunda-feira, o Governador Sérgio Cabral, que fez uma excelente explanação lá, desse nível que fez aqui para os Senadores, e vou receber, na sexta-feira, o Senador



Wellington Dias. Comprometi-me a pagar-lhe uma moqueca e pagarei – a melhor moqueca do Brasil –, mas apostando na negociação, apostando que o Senado continuará nesse caminho, e apostando que a Presidente Dilma e o Governo Federal entrarão nesse processo de mediação desse assunto tão importante.

Senador Wellington Dias.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – E, voltando de lá, vamos anunciar o acordo no Rio.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** – Vamos anunciar o acordo no Rio. Está bom. Muito obrigado. Um abraço a vocês.

**O SR.** – Ele vai usar o petróleo para fazer a moqueca lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casagrande, só falta apelidá-lo de acordo da moqueca.

Com a palavra agora o nosso querido Senador Eduardo Campos, aliás, Governador, Senador é depois.

**O SR. EDUARDO CAMPOS** – Eu queria agradecer ao Senador Delcídio do Amaral pela distinção, à Lúcia Vânia, ao Benedito de Lira e aos Srs. Senadores – se eu não cumprimento todos é por economia processual –, e dizer que a nossa expectativa nesse horizonte de dias é muito positiva em relação a esse entendimento, porque outros, como já foi dito aqui, vamos ter que fazer sobre temas tão relevantes, que são fundamentais para a governabilidade no Brasil.

Mas eu queria também dizer que esse será um entendimento muito importante para a imagem da política na cabeça da sociedade brasileira. Esse é um momento em que a política se apresenta ao Brasil muito mais e muitas vezes pela sua face perversa e ela tem a grande oportunidade de se apresentar ao Brasil pelo lado belo que nos atraiu a todos à política, que é essa capacidade de fazer o bem, de gerar solução onde parece não haver solução. Eu acho que essa arte está entregue ao Senado Federal. Ninguém será dono dessa solução. Essa solução é do coletivo. Eu acho que isso é o que fica da lição. Os embates foram importantes, os sonhos serem defendidos por cada um foi importante, mas, agora, a população brasileira espera de nós essa capacidade. Eu acho que os senhores a terão.

Fiquei muito feliz por poder compartilhar a Mesa com o Governador Sérgio Cabral, um grande governador do Rio de Janeiro, competente, capaz, tem uma larga capacidade de fazer política. Tem capacidade e humildade para pedir desculpa quando errou, e teve momentos em que errei e que ele errou, e nós agora estamos em outras circunstâncias e queremos ajudar o Senado a fazer isso pelo Brasil. E temos confiança de que, ainda neste mês de setembro, em homenagem ao povo brasileiro e ao que é o pré-sal, a gente possa construir aqui com vocês, com os senhores e as senhoras esse passo importante para sequenciar, até o final do ano, outras vitórias para o Brasil.



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA  
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

---

SF - 48

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero agradecer aos Governadores, à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Benedito de Lira, e dou por encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 30 minutos.)*